

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Os inventários para a pesquisa histórica



Natal/RN
2004
2003.2

JANNY CIBELLY SILVA COSTA



Os inventários para a pesquisa histórica

Monografia apresentada à disciplina Pesquisa Histórica II, ministrada pela professora Dra. Denise Mattos Monteiro, do curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob a orientação da professora Ms. Maria da Conceição Guilherme Coelho.

Natal/RN

Viver alguns instantes com os mortos de que vimos, entre as cousas que os cercavam, é a volúpia a que nos convidam essas folhas rebarbativas, desmanchadas em poeira ou mosqueadas de bolor.

Alcântara Machado.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	05
1 SÉCULO XX – MUDANÇA DE PARADIGMA	08
1.1 Política x Economia e Sociedade	09
1.2 Novas fontes para a história	11
1.3 Os <i>Annales</i> chegam ao Brasil	14
1.4 Os inventários na historiografia brasileira	15
2 OS INVENTÁRIOS NA HISTORIOGRAFIA DA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX	18
2.1 Aspectos gerais da obra	19
2.2 As fortunas coloniais, o povoado, o sítio da roça, o dinheiro e os sucedâneos	21
2.3 O mobiliário, a baixela, o fato de vestir, jóias e limpeza da casa	26
2.4 A família	31
2.5 Em face da morte	34
2.6 Vida e morte do bandeirante – algumas considerações	35
3 OS INVENTÁRIOS NA HISTORIOGRAFIA DO FINAL DO SÉCULO XX.	38
3.1 Mulheres do sertão nordestino	39
3.2 História da família no Brasil colonial	44
3.3 Desequilíbrio demográfico e miscigenação no século XVI	44
3.4 Patrimônio quinhentista	47
3.5 Engenhos e morgados	51
3.6 Mulheres no sertão nordestino e História da família no Brasil colonial – algumas considerações	53
CONCLUSÃO	55
FONTES	57
BIBLIOGRAFIA	58

1875

P3001-A

Inventário e partilhas

Cidade de San José de Nepitla

Inventário

dos bens que fuerão por fallecimento
de João de Sousa Marques, casado com
Dona Joanna Francisca de Sousa do
tutor desta cidade.

Escrivão Feire

Anno do Nascimento de
Nosso Senhor Jesus Christo de mil e oitenta
e setenta e cinco dias nove dias de mes
de Junho nesta cidade de San José de
Nepitla, Comarca do mesmo nome, por
poder do Rei Grande do Norte, em mee
latorio, por parte do Juiz e Municipal
e de Officio Supplente do Capitão Maxwell de
Albuquerque Costa, me foi entregue uma postaria
para autenticação da venda de Dona Joanna
Francisca de Sousa e de seu esposo da
Silva e Marques, a qual é a que adiante se
segue, de que para constar fez este auto:
Sumario: e eu o mesmo Joaquim Feire
Escrivão entendo e Officio o escrivi

INTRODUÇÃO

A partir de meados do século XIX, a importância do documento enquanto fonte para a pesquisa histórica passou a ser bastante enfatizada. Leopold Von Ranke, historiador alemão, insistia na necessidade de se escrever a história “verdadeira”, extraída dos documentos tão enaltecidos por ele, e não a história a partir de outras histórias contadas por cronistas do passado.

A história rankeana tem nos documentos oficiais sua fonte de pesquisa e caracteriza-se por centrar sua análise na política e nos fatos, bem como por ser essencialmente narrativa. A Ranke atribui-se o título de “pai da história científica”, em decorrência da sua obsessão por perseguir a cientificidade da história através da sistematização da pesquisa, da ausência da primeira pessoa na exposição e da busca da objetividade.¹

Na primeira metade do século XX, um movimento iniciado pela escola dos *Annales* mudou a maneira de se fazer história. Este movimento teve como mentores Lucien Febvre e March Bloch, e ao contrário da história rankeana, a Nova história, como ficou conhecida, passou a enfatizar seus estudos na economia e na sociedade, tendo seu foco de interesse voltado para toda a atividade humana e para a análise das estruturas.

Além dos aspectos supramencionados, outro elemento constitutivo de divergência entre os dois movimentos é a visão quanto ao papel do historiador. Enquanto para a história tradicional faz-se necessária a separação entre o estudioso e seu objeto, a Nova História reconhece a impossibilidade desse total afastamento, uma vez que o historiador é um ser social que carrega consigo uma bagagem de experiências, as quais influenciam na escolha de seu objeto e na conseqüente escolha das fontes.

Tem-se, pois, a construção de um novo paradigma que proporcionou, também, emblemática mudança na concepção de fontes para a pesquisa histórica. Se para a história tradicional, ou rankeana, o documento oficial era suficiente ao historiador, para a Nova História tornou-se imprescindível a busca por documentos de variada ordem, tais como: fotografias, textos literários, fontes orais, documentos cartorários, filmes e objetos de uso, entre outros.

¹ GAY, Peter. **O estilo na história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p 70.

Para a análise de novas fontes, a história passou a utilizar métodos empregados em outras áreas de conhecimento das ciências sociais, a exemplo do método quantitativo, através do qual é possível o levantamento de dados a partir de inventários e testamentos. Para nos auxiliar na compreensão da metodologia empregada no estudo desses documentos, lançamos mão de alguns autores ligados à nova concepção da maneira de se fazer história, entre eles Jacques Le Goff, François Furet e Peter Burke.

No Brasil, a influência do novo paradigma se fez sentir, marcadamente, a partir dos anos de 1950. Encontramos na obra de Ciro Flamarion e Ronaldo Vainfas a base para traçarmos um panorama geral da historiografia brasileira atual, com seus vários campos de investigação.

Inserido neste contexto, o presente trabalho pretende identificar como a historiografia brasileira tem utilizado as fontes, especificamente os inventários e testamentos, na sua elaboração. Buscaremos, ainda, ressaltar a importância destes documentos enquanto fonte de pesquisa para o historiador das mais diversas áreas, enfatizando a pluralidade de temáticas passíveis de serem estudadas a partir deles e sua articulação com outras fontes.

Para tanto, escolhemos três obras pertencentes a momentos diferentes da historiografia brasileira, as quais foram nossas fontes de pesquisa para a elaboração deste trabalho. São elas: *Vida e morte do bandeirante*, de Alcântara Machado, publicada em 1929; *História da família no Brasil colonial*, de Maria Beatriz Nizza da Silva, de 1998; e um dos capítulos do livro *História das mulheres no Brasil*, publicado em 1997, intitulado *Mulheres no sertão nordestino*, de Miridan Knox Falci.

A opção por estas obras foi vetoriada pelo critério das fontes nelas utilizadas, considerando que todas buscaram os inventários e testamentos como documentos primários para sua pesquisa histórica.

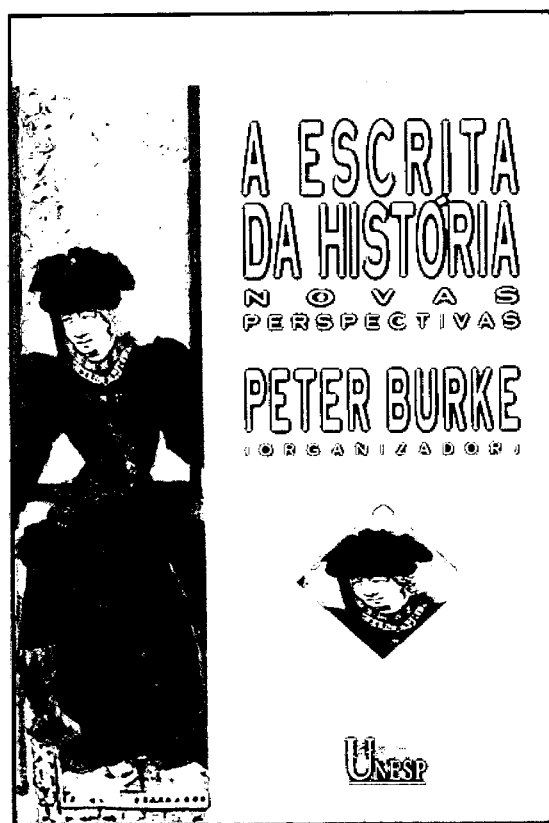
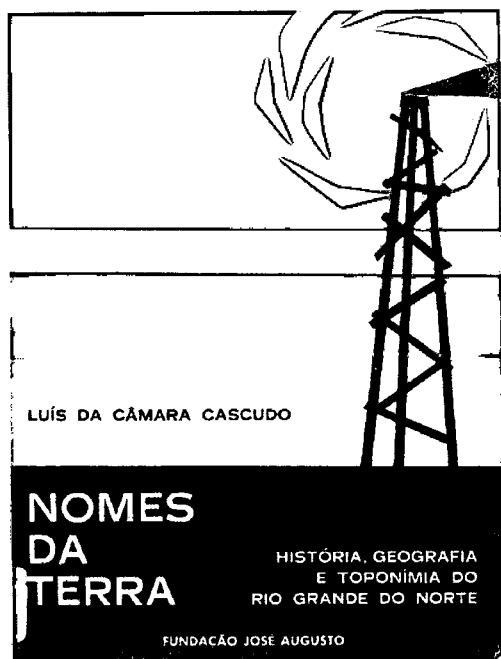
Como metodologia, utilizamos o fichamento analítico das obras através do que procuramos identificar as temáticas abordadas em cada uma delas, além do tratamento dado às fontes, estabelecendo, inclusive, semelhanças e diferenças no tipo de abordagem concernente às correntes historiográficas.

Dividimos o nosso estudo em três partes. A primeira delas discorre sobre a mudança de paradigma na história, impulsionada pela escola francesa, e sua conseqüente influência na historiografia brasileira, ressaltando a importância dos inventários e testamentos como fontes de pesquisa, segundo essa nova visão paradigmática. Na segunda,

fazemos um estudo da obra de Alcântara Machado, realçando as temáticas abordadas e suas características historiográficas e metodológicas. Na terceira e última parte, apresentamos o estudo de Falci, que traz a lume a mulher no sertão nordestino sob os diversos aspectos de sua vida, quais sejam: família, educação, condição social e cultura material. Ainda no mesmo capítulo, debruçamos nossa atenção sobre alguns temas estudados por Maria Beatriz, referentes à história da família no Brasil colonial, especificamente a desigualdade demográfica, a miscigenação, os patrimônios quinhentistas e os engenhos e morgados.

Este trabalho pretende reafirmar a importância e a relevância dos inventários e testamentos para a pesquisa histórica, diante da diversidade de temáticas possíveis de serem abordadas a partir de um criterioso levantamento de dados e de metodologias específicas utilizadas na análise desses documentos. Não pretendemos esgotar a discussão relativa ao tema, até mesmo em face da abrangência e importância por ele reclamadas, mas, oferecer modesta contribuição capaz de subsidiar futuros estudiosos que, como nós, se interessarem pela pesquisa documental.

1 SÉCULO XX – MUDANÇA DE PARADIGMA



1.1 Política x Economia e Sociedade

A partir de meados do século XX, o movimento iniciado pela escola dos *Annales*, fundada por Bloch e Febvre na França, em 1929, mudou a visão e, sobretudo, a maneira de se fazer história.

Segundo Burke, tal mudança foi uma reação deliberada contra o modo tradicional de escrever história - a “história rankeana” -, para a qual o objeto de estudo é, essencialmente, a política, centrada nos feitos dos “grandes” homens e que tinha nos documentos oficiais sua principal fonte de pesquisa².

Para Ranke, definido por Herbert Baxter Adams como “o pai da história científica”, sua metodologia tradicional de produção historiográfica era uma decorrência intrínseca ao papel do historiador que, para ele, consistia em escrever a história “como realmente aconteceu” e que para tanto “o conhecimento meticuloso das fontes é, se não tudo, ao menos o pré-requisito indispensável para tudo o mais”³.

Não se pode olvidar, contudo, que já no início do séc. XX, mesmo antes dos *Annales*, algumas vozes se levantavam contrárias à historiografia factual e narrativa. Em 1900, Henri Berr funda a *Revue de synthèse historique*, na qual exsurge essa nova tendência em recusar o discurso limitado à simples narração, contando com a colaboração de profissionais de outras áreas de conhecimento, tais como: geógrafos, sociólogos, psicólogos e economistas, além de historiadores, dentre os quais merecem destaque Lucien Febvre e Marc Bloch. Berr “atribuiu à história o papel fundamental de reunir e coordenar os trabalhos das outras ciências sociais e tornar-se, de alguma maneira, a ‘ciência das ciências’”⁴.

A geografia, que se sistematizara enquanto área de conhecimento por volta de 1880, na França, se consagrou como reação contra o positivismo da escola historiográfica, através de Paul Vidal de La Blache, a princípio historiador e que, a partir de 1872, se volta para a geografia. Sobre Vidal de La Blache, Dosse afirma:

Sua sistematização do objeto geográfico vai servir de modelo à futura escola dos *Annales*. [...] Pretende eliminar o acontecimento, o político, e fixar-se no tempo atual e interessa-se por tudo que se mantém no

² BURKE, Peter. Abertura: a Nova História, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita na História: novas perspectivas*. São Paulo: Edusp, 1997. p.10.

³ GAY, Peter. *O estilo na história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p.70-71.

⁴ CLAIRE-JABINET, Marie-Paule. *Introdução à historiografia*. Bauri/SP: Edusc, 2003. p.112.

presente, pelas permanências que formam a trama de nossa paisagem, a trama dos torrões do fim do século 19 e do início do século 20. Essa orientação valoriza certo número de noções que caracterizam a geografia vidaliana, ou seja, o “meio”, o “modo de vida”, “o cotidiano”. [...] Encontramos aqui as fontes profundas da inspiração dos *Annales*⁵.

A geografia moderna, a seu turno, exerceu imensurável influência sobre os *Annales*, marcadamente presente em “A Terra e a evolução humana, introdução geográfica à história”, de Lucien Febvre, obra na qual ele inclui na história nova a busca simultânea do espaço e do tempo. Marc Bloch, por sua vez, mostrou a história em ação na modelagem das paisagens e dos sistemas de cultura na sua obra “As características originais da história rural francesa”⁶. Como reflexo desta tendência, afirma Le Goff:



A importância da cartografia para a história nova, grande produtora e consumidora de mapas, não de simples mapas de orientação ou de ilustração, mas de mapas de pesquisa e de explicação, justificados pelo desejo de longa duração inscrita no espaço, de quantificação (encarnada nas localizações) e de hipóteses explicativas sugeridas pelas correlações entre fenômenos nas áreas confundidas ou discordantes⁷.

Em 1929, é publicado na França o primeiro volume da revista que marcaria o início da chamada “nova história”: *Annales d'histoire économique et sociale*, dirigida por Marc Bloch e Lucien Febvre. Já em seu primeiro número, “os *Annales* afirmaram a vontade de inscrever a história na vasta perspectiva de uma reflexão econômica e social”⁸, indo de encontro aos historiadores do séc. XIX, que se preocuparam em definir um método e fundar a história nacional, centrada na história política.

As idéias diretrizes da revista podem ser sumariadas em três pontos. O primeiro deles reside na substituição da tradicional narrativa de acontecimentos por uma história-problema, ou seja, “proporcionar uma História não automática, mas problemática”⁹. Isso é possível através das perguntas feitas pelo historiador a partir do tempo presente, no qual ele vive, pensa e escreve. Segundo Febvre, a história é “uma resposta a perguntas que o homem de hoje necessariamente se põe”¹⁰.

⁵ DOSSE, François. **A História em migalhas: dos *Annales* à Nova História**. Bauru/SP: Edusc, 2003. p.49.

⁶ LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p.26-27.

⁷ Ibid. p. 26.

⁸ CLAIRE-JABINET, Marie-Paule. **Introdução à historiografia**. p.118

⁹ “Face au vent”, manifesto dos “*Annales nouvelles*” apud LE GOFF, Jacques. Op.cit. p.33.

¹⁰ FEBVRE apud DOSSE, François. Op.cit. p. 100.

Como segundo ponto é relevante considerar a ampliação do interesse da história por todas as atividades humanas e não apenas pela história política. Esta nova concepção de maior abrangência evidenciada a começar da escolha do título da revista: *Annales d'histoire économique et sociale*. Embora outro tipo de história – da arte ou da ciência – não fosse totalmente excluído pelo paradigma tradicional, eram marginalizados na medida em que eram considerados periféricos aos interesses dos “verdadeiros” historiadores.

A nova história começou a se interessar por, virtualmente, toda a atividade humana, pela análise das estruturas e pelos acontecimentos ocorridos na vida de pessoas comuns. Burke faz a seguinte assertiva: “tudo tem uma história”, tem um passado ou pode, em princípio, ser reconstituído e relacionado ao restante do passado. Daí a expressão “história total”¹¹. Assim, vários tópicos que antes não se havia pensado como detentores de história a exemplo da infância, da morte, da loucura, do clima, dos odores, da sujeira e da limpeza, dos gestos, do corpo, da feminilidade, da leitura, e tantas outras passaram a ser objeto de estudo dos historiadores.

Finalmente, integrando o terceiro ponto de realce, os *Annales* buscaram a transversalidade com outras disciplinas. Sua preocupação com toda a abrangência das atividades humanas os encoraja a uma postura de interdisciplinaridade, no sentido de aprenderem a estabelecer pontos de interseção e colaboração com antropólogos sociais, críticos literários, psicólogos, sociólogos, entre outros. Neste tocante, Febvre afirmava imperativamente: “Historiadores, sejam geógrafos. Sejam juristas, também, e sociólogos, e psicólogos”¹².

Como reflexo do interesse por todas as atividades humanas surgiram, de modo prolífico, novos campos de pesquisa para a história. A história social, nesse diapasão, foi separada da história econômica e fragmentou-se em demografia histórica, história do trabalho, história urbana, história rural, história da família, e tantas outras.

1.2 Novas fontes para a história

Para a nova história, as fontes não poderiam ficar restritas à análise dos documentos oficiais, como se fazia na história tradicional. Se os historiadores passaram a se interessar

¹¹ BURKE, Peter. Abertura: a Nova História, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita na História: novas perspectivas**. p.11.

¹² FEBVRE apud BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia**. São Paulo: Edusp, 1997. p.10.

por uma maior variedade das atividades humanas, como consequência irrecorrível, deveriam examinar também, uma maior variedade de evidências. Consoante leciona Le Goff:

A história nova ampliou o campo do documento histórico; ela substituiu a história de Langlois e Seignobos, fundada essencialmente nos textos, no documento escrito, por uma história baseada numa multiplicidade de documentos: escritos de todos os tipos, documentos figurados, produtos de escavações arqueológicas, documentos orais, etc. Uma estatística, uma curva de preços, uma fotografia, um filme, ou, para um passado mais distante, um pólen fóssil, uma ferramenta, um ex-voto são, para a história nova, documentos de primeira ordem¹³.

A respeito dessa nova concepção das fontes, é importante ressaltarmos que ela está diretamente ligada à imposição do tempo longo para o estudo das estruturas, onde as mudanças ocorrem lentamente e de forma imperceptível para aqueles que as vivenciam. Encontramos maior referência a esse tempo longo em *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Phillippe II*, de Fernand Braudel, obra através da qual ele discorre sobre os tempos da história: tempo curto, dos acontecimentos; tempo longo, das mudanças nas estruturas econômicas e sociais, este sendo foco principal de interesse da nova história; e por fim, tempo de longuíssima duração, referente às mudanças do meio físico no qual o homem está inserido, analisada pela “geo-historia”. Recorremos mais uma vez a Le Goff:

nele não há tormentas, rupturas, nem mesmo, propriamente falando, acontecimentos no sentido tradicional, na história da família, do amor, do casal, das atitudes em relação à criança, da sociabilidade coletiva ou da morte[...]¹⁴

Todavia, estas fontes suscitam problemas, haja vista que os princípios subjacentes a tal leitura não são sempre claros. É razoável admitir que retratar o socialmente invisível - mulheres e trabalhadores, por exemplo -, ou ouvir o inarticulado - a maioria silenciosa dos mortos -, é um empreendimento mais arriscado do que em geral se faz com a história tradicional.¹⁵

¹³ LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. p.28.

¹⁴ *Ibid.* p.72.

¹⁵ BURKE, Peter. Abertura: a Nova História, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita na História**. p.26.

A história social, enquanto especialização, se constituiu nas décadas de 50 e 60, no interior da ebulição dessa nova postura historiográfica. Do ponto de vista metodológico, esteve fortemente marcada por uma crescente sofisticação de métodos quantitativos para a análise das fontes históricas¹⁶.

O método quantitativo consiste na quantificação de dados que auxiliam na construção de explicações, a partir da identificação de isomorfias e elaboração de séries para áreas antes consideradas qualitativas, como atitudes, comportamentos, crenças e costumes¹⁷.

Com base em fontes eleitorais, fiscais, demográficas e principalmente cartorárias e judiciais (contratos de casamento, testamentos, inventários *post-mortem*, entre outras), proliferaram estudos sobre a estratificação sócio-profissional, estratégias matrimoniais, alianças sociais, mobilidade geográfica e social.

Pela importância que tem para o nosso estudo, dentre as diversas fontes que passaram a ter relevância para a historiografia, destacamos os inventários *post-mortem*, passíveis de análise pelo método quantitativo.

Burke cita como exemplo de História social possível através do método quantitativo, o estudo das atividades modificadas em relação à morte feito a partir da análise de cerca de 30 mil testamentos¹⁸.

A princípio, a abordagem quantitativa foi bastante utilizada pela história econômica, através do registro de grande quantidade de estatísticas, tratada de forma segura graças aos recursos disponibilizados pela revolução tecnológica dos anos 50. Inaugurou-se o tempo da história em série. Analisando o quantitativo em história, Furet afirma:

[...] a história seriada encontra-se, há dez ou vinte anos, como uma das vias mais fecundas de desenvolvimento do conhecimento histórico; apresenta por outro lado, a imensa vantagem de fornecer a essa antiga disciplina, a história, um rigor e uma eficácia superiores àqueles oferecidos pela metodologia qualitativa¹⁹.

¹⁶ CASTRO, Hebe. História social. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 47-49.

¹⁷ FONTES, Virgínia. História e Modelos. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. *Ibid.* p. 372-373.

¹⁸ BURKE, Peter. Abertura: a Nova História, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita na História**. p. 29-30.

¹⁹ FURET, François. O quantitativo em história. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (Org.). **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. p. 51.

Outra abordagem beneficiada pela utilização dos documentos em série é a demografia histórica. Historiadores e demógrafos se uniram para expor, em 1956, os elementos basilares de um método que explica como estudar os registros paroquiais, elaborar fichas e depois utilizá-las numa perspectiva histórica²⁰.

1.3 Os *Annales* chegam ao Brasil

No Brasil, a historiografia rankeana influenciou basicamente os institutos históricos e geográficos, ficando fora do meio acadêmico. A historiografia produzida até então se caracterizava pelo tom ensaístico e pelo nacionalismo, a chamada historiografia tradicional.

Por volta de 1930, também fora do meio acadêmico, desenvolveram-se abordagens historiográficas clássicas que se opuseram à historiografia tradicional ou rankeana. São clássicos neste sentido: *Casa-grande & senzala*, de Gilberto Freyre, obra publicada em 1933; *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, de 1936; e *Formação do Brasil contemporâneo*, de 1942, obra de Caio Prado Jr.

Em *Casa-grande & senzala*, Freyre inaugura as análises da cultura brasileira. Sua obra assinala, ao mesmo tempo, o fechamento de um período do pensamento brasileiro, tradicionalista e arcaico, e o início de outro, inovador tanto nas suas temáticas quanto nas fontes documentais utilizadas por ele. Foi pioneiro nas análises da infância, da velhice, da festa, da família, do amor, do sexo, da morte, da comida, da natureza e da paisagem. Chamou a atenção para a importância dos anúncios de jornais, dos diários e da correspondência familiar, dos escritos de viajantes estrangeiros, dos livros de receitas, das fotografias, das cantigas de roda e de toda a tradição oral, como fontes para o estudo da história, multiplicando assim os “suportes culturais” à disposição do historiador²¹. Sobre as fontes, Freyre afirma: “outros documentos auxiliam o estudioso da história íntima da família brasileira: inventários, tais como os mandados publicar em São Paulo pelo antigo presidente Washington Luís.”²²

Sérgio Buarque de Holanda, por sua vez, com *Raízes do Brasil* marca o início de uma história cultural rigorosa do ponto de vista teórico e metodológico. Apesar de

²⁰ CLAIRE-JABINET, Marie-Paule. **Introdução à historiografia**. p.129.

²¹ SOUZA, Laura de Melo e. Aspectos da historiografia da cultura sobre o Brasil colonial. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 20.

²² FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. 47. ed. São Paulo: Global, 2003. p.46.

tradicional e ensaísta na sua abordagem, trabalha, pela primeira vez, temas ligados à cultura, com metodologia rigorosamente adequada ao objeto, manejando conceitos com segurança, fundamentado na sociologia da cultura dos alemães, na teoria sociológica e na etnologia. Mais do que influência propriamente dita, são visíveis as afinidades e as coincidências temáticas e metodológicas entre Sérgio B. de Holanda e os *Annales*²³.

Não obstante o nascer deste movimento de renovação historiográfica coincidir com o início do século XX, só em seus meados, o novo paradigma tomou corpo no Brasil. Daí em diante é marcante a influência da história econômica e social, à maneira dos *Annales*, nas abordagens adotadas pelos historiadores das décadas de 50 e 60. Entre eles Emília Viotti da Costa, em *Da senzala à colônia*, 1962, e Maria Tereza S. Petrone, *A lavoura canavieira em São Paulo: sua expansão e declínio*, 1968.

Aqui, ao contrário do que aconteceu na Europa, as ciências sociais foram pioneiras no mundo acadêmico. Assim, a profissionalização do historiador, consequência da consolidação e expansão dos cursos de pós-graduação, a partir da década de 70 e, especialmente, na de 80, se fez fortemente marcada pela influência das ciências sociais e das abordagens econômicas e sociais, predominantes na década de 60.

A partir de então, houve um aumento na produção de trabalhos voltados às mais diversas abordagens históricas. No entanto, destacaremos aqui aqueles que buscaram nos inventários *post-mortem* sua principal fonte de análise de dados que permitissem explicar os problemas então postulados.

1.4 Os inventários *post-mortem* na historiografia brasileira

Os inventários têm sido utilizados como uma preciosa fonte de pesquisa histórica, sobretudo da sociedade colonial brasileira. Trata-se de uma documentação seriada que se caracteriza pela riqueza de dados com potencialidades de análise dos elementos contábeis neles presentes.

No entanto, ao eleger os inventários como fonte primária para sua pesquisa, o historiador enfrenta algumas dificuldades tais como a fragmentação do acervo, a dispersão dos arquivos, a ausência dos documentos e de sua divulgação através dos instrumentos de pesquisa, de guias e de boletins informativos ou mesmo de um banco de dados.

²³ SOUZA, Laura de Melo e. Aspectos da historiografia da cultura sobre o Brasil colonial. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. p.23.

A maioria dos estudos e pesquisas históricas que utilizam esse documento como fonte primária está concentrada no sul e sudeste do Brasil, onde o trabalho de levantamento, recuperação, conservação e arquivo dos mesmos iniciaram, em algumas cidades, há bastante tempo.

Data de 1920 a iniciativa de Washington Luiz, então presidente de São Paulo, de mandar traduzir e publicar os inventários e testamentos de 1578 a 1700, processados pelo primeiro cartório de órfãos da Capital. Em Minas Gerais, foram realizados trabalhos de catalogação e fichamento de inventários *post-mortem* em Sabará (séculos XVIII e XIX), também na Casa do Pilar, relativos ao 1º e 2º Ofícios e no Museu de Diamantina²⁴.

Pesquisas diversificadas no tocante à problemática da escravidão, das estruturas agrárias regionais e da pós-escravidão, têm sido realizadas desde o final da década de 70, no Rio de Janeiro, para as quais tem sido fundamental o trabalho sistemático e metodológico no tratamento de corpos documentais conservados em cartórios locais, dentre os quais os inventários.

Visando possibilitar novos enfoques no campo da história da agricultura no Brasil, foi apresentado, em 1976, durante um seminário promovido por um grupo da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, um programa que tinha como objetivo fazer um amplo levantamento das fontes existentes nos estados do norte e nordeste, na perspectiva de serem tratadas nos moldes da história serial e passíveis de serem organizadas em séries homogêneas, extensas e significativas. Ficou comprovada a existência abundante dessas fontes, sendo as de natureza jurídica mais ricas e numerosas – inventários, contas de tutela, testamentos, compra e venda de bens imóveis e semoventes -, todas de origem cartorária²⁵.

Em seu artigo sobre a história da família e demografia histórica, Sheila de Castro Faria ressalta a utilização, dentre outras fontes, dos inventários *post-mortem* na elaboração de vários trabalhos feitos por alguns brasilianistas – Alida Metcalf, Elizabeth Kusnesoff e Murriel Nazzari -, os quais tiveram como objeto central a unidade doméstica. Todos eles estabeleceram relação direta entre a dinâmica das unidades familiares e os aspectos econômicos e políticos mais amplos.²⁶

²⁴ MAGALHÃES, Beatriz Ricardina de. Inventários e seqüestros: fontes para a História Social. **Revista do departamento de História**, Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, Nr.09. 1989. p.32.

²⁵ LINHARES, Maria Yedda. História Agrária. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. p.170-171.

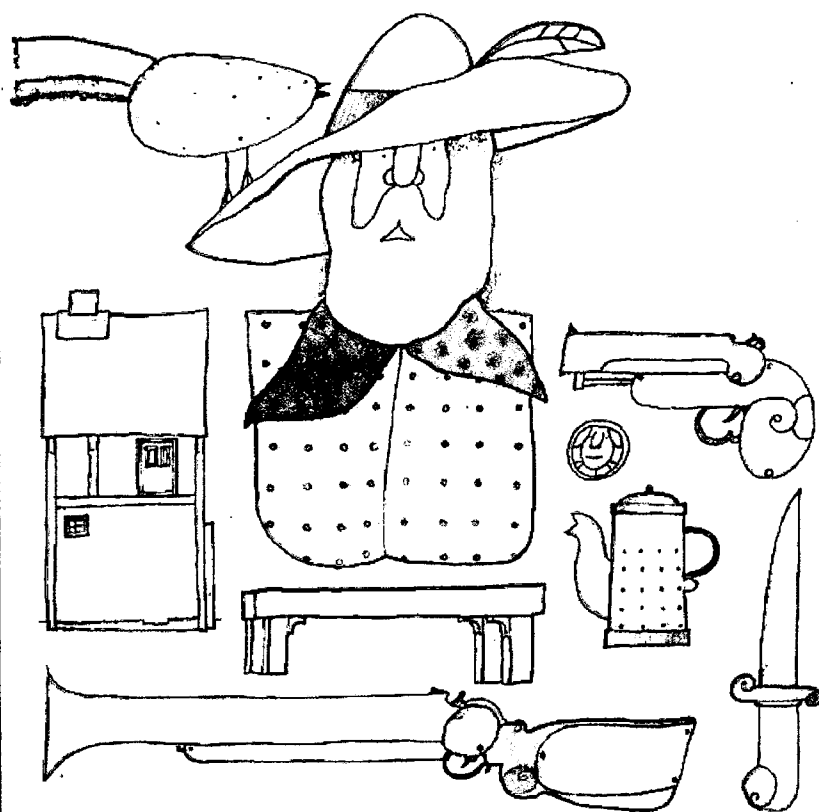
²⁶ FARIA, Sheila de Castro. História da Família e Demografia Histórica. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. **Ibid.** p. 253-254.

Como vimos, a utilização dos inventários tem sido de extrema relevância para o estudo dos mais diversos campos da história, auxiliando na explicação dos problemas levantados.

Nos próximos capítulos, examinaremos aspectos relevantes de três obras, inseridas em dois momentos distintos da historiografia brasileira, que tiveram como fontes basilares inventários e testamentos.

VIDA E MORTE DO BANDEIRANTE

ALCÂNTARA MACHADO



2.1 Aspectos gerais da obra

Vida e morte do bandeirante, obra de José de Alcântara Machado de Oliveira, foi publicada em 1929, mesmo ano de fundação da revista *Annales d'histoire économique et sociale*, que marcou o início do movimento renovador da historiografia francesa com repercussão em todo o mundo.

Esta obra foi considerada, sob muitos aspectos, inovadora. Num período em que à história interessava apenas o acontecimento político, os grandes heróis, o relato cronológico, Alcântara Machado propôs o estudo da vida dos homens comuns, do cotidiano, e do seu condicionamento à influência dos fatores econômicos e sociais. Eis um retrato da visão do autor:



Reduzir o estudo do passado à biografia dos homens ilustres e à narrativa dos feitos retumbantes seria absurdo tão desmedido como circunscrever a geografia ao estudo das montanhas. Conflitos externos, querelas de facções, atos de governo estão longe de constituir a verdadeira trama da vida nacional. Não passam de incidentes; e, o que é mais, são o produto de um sem-número de fatores ocultos que os condicionam e explicam.²⁷

Na utilização de inventários e testamentos como fonte para sua pesquisa, identificamos outra inovação trazida por Alcântara Machado e, segundo ele, só possível graças a uma política arquivística do governo de São Paulo que mandara publicar, em 1920, os inventários processados de 1578 a 1700 pelo primeiro cartório de órfãos da Capital. No total, foram cerca de 450 processos analisados, dos quais cinquenta referem-se ao período quinhentista e quatrocentos ao período seiscentista.

O autor deixou fora de sua análise apenas os inventários de Mateus Rodrigues da Silva, morto em 1710 e o de Fernando Raposo Tavares. O primeiro, por lhe interessar apenas os inventários referentes aos dois séculos anteriores, o segundo, por ser, Fernando Raposo, *estante, residente e casado* em Ribeira-Grande, ilha de Santiago, onde faleceu.

Se, até então, apenas os linhagistas²⁸ “se atreviam a exumá-los do limbo dos cartórios, afrontando a poeira e a fauna dos arquivos”²⁹, Machado utiliza-se dos inventários

²⁷ MACHADO, Alcântara. **Vida e morte do bandeirante**. São Paulo: Edusp, Belo Horizonte: Itatiaia. 1980, p.29.

²⁸ pessoa que se dedica ao estudo da origem das famílias.

²⁹ MACHADO, Alcântara. Op.cit. p.30.

para extrair informações relativas à organização da família, à vida íntima, à economia e à cultura dos povoadores e de seus descendentes diretos.

Segundo Sérgio Milliet, com a publicação de *Vida e morte do bandeirante*, inaugurou-se o estudo da história social do Brasil, através da análise dos documentos – inventários – de ordem cultural, no sentido mais amplo e sociológico da palavra e faz a seguinte observação: “Alcântara Machado teve a noção muito clara de que o indivíduo é, em última análise, apenas uma aspecto subjetivo da cultura”³⁰.

Ao traçar um painel geral da produção historiográfica referente à cultura no período colonial, Laura de M. e Souza aponta a obra de Alcântara Machado como pioneira pela sua atualidade temática, demonstrada pela sensibilidade do autor em captar o sentido do cotidiano no que tem de litúrgico. E ainda, quando valoriza a vida material como elemento de inteligibilidade da cultura de um povo, dando ênfase aos aspectos menos nobres e aparentemente sem importância da vida, mostrando como podem ser reveladores³¹.

Inferimos, aqui, a cultura compreendida, segundo o conceito essencialmente semiótico de Geertz, como uma “teia de significados”³² criada pelo homem e à qual ele está amarrado.

E é em busca do cotidiano do homem comum, de suas dificuldades de subsistência, de sua organização familiar, do seu vestuário, dos seus objetos, de sua moradia, enfim, de tudo aquilo que lhe possibilite compreender a sociedade paulista dos primeiros séculos, que Alcântara Machado recorre aos inventários. Tarefa possível, segundo o autor, “Só depois de freqüentá-los na intimidade e situá-los no cenário em que se moveram, estaremos habilitados a compreender-lhes as atitudes”³³.

Machado dividiu sua obra em dezesseis partes: *O que dizem os inventários, As fortunas coloniais, O povoado, O sítio de roça, O mobiliário, A baixela, Fato de vestir, jóias, e limpeza da casa, Educação e cultura, Médicos, doenças e remédios, A justiça, O dinheiro e os sucedâneos, A família, Índios e tapanhunos, As devoções dos bandeirantes, Em face da morte e, por fim, O sertão.*

³⁰ MILLIET, Sérgio. Introdução. In: MACHADO, Alcântara. **Vida e morte do bandeirante**. p. 15-16.

³¹ Ibid. p. 19.

³² GEERTZ, Cliford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara. 1989, p.15.

³³ MACHADO, Alcântara. Op.cit. p. 29.

Com o intuito de viabilizar o nosso estudo, escolhemos alguns dos referidos capítulos e os agrupamos em quatro partes, estabelecendo como critério metodológico a afinidade temática existente entre os itens constantes de cada uma delas.

2.2 As fortunas coloniais, o povoado, o sítio da roça, o dinheiro e os sucedâneos

Ao buscar nos inventários o *modus vivendi* dos paulistas dos primeiros séculos, Alcântara Machado chegou a conclusão que as dificuldades e os poucos recursos de que dispunham não lhes permitiam a opulência retratada por Oliveira Viana, que os apresentava como: “homens *muito grossos* de haveres e muito finos de maneiras, opulentos e cultos, vivendo à *lei da nobreza* numa atmosfera de elegância e fausto”³⁴.

A imensa maioria dos que para aqui vieram era homens do campo, mercadores de recursos limitados, artífices ou aventureiros de toda casta, seduzidos pelas promessas dos donatários, ou, pelas possibilidades do continente novo. Isto fica bem retratado na modéstia dos espólios.

O acervo é às vezes tão mesquinho, que causa pasmo ter-se feito inventário judicial. Orça em 8\$240 e oito peças de gente forra o de Pedro Álvares; o de Gabriel Rodrigues em 11\$260 e mais dezoito negros da terra, sendo 626 réis a legítima de cada filho; o de Isabel de Beldiaga em 3\$000 e mais uma negra forra; o de Pedro Martins, o velho, em 1\$400 e mais duas peças de gente de serviço³⁵.

Dois elementos eram imprescindíveis para a sobrevivência dos colonos. O primeiro deles é a terra, de onde lhes provinha o sustento. O segundo tratava-se do negro da terra: “De mais não precisa o reinol para *honradamente sustentar a família*. Com dois ou três negros têm a vida assegurada: um lhe pesca, outro lhe caça, outro lhe grangeia as roças³⁶”.

Porém, apesar das *terras e chãos* serem dadas à *carregação*, em regra só as benfeitorias eram avaliadas. Com este escopo, até o último quartel do século XVII, *as peças de serviço, gente forra, gente do Brasil, gente de obrigação, peças forras serviçais, serviços obrigatórios, almas de administração, administrados*, como eram chamados os índios cativos, não era permitido que fossem avaliados à maneira dos outros bens, o que

³⁴ VIANA, Oliveira apud MACHADO, Alcântara. **Vida e morte do bandeirante**. p. 37.

³⁵ MACHADO, Alcântara. *Ibid* p. 42.

³⁶ *Ibid*. p.40.

não impedia que fossem descritos e repartidos pelo cabeça do casal entre os herdeiros, como mostra o inventário de Suzana Rodrigues:

Disse o viúvo que não possuía bens móveis, nem de raiz,[..]e não tinha de seu mais que um negro gentio do Brasil, já velho; e em consequência, mandou o juiz que fosse o dito negro servido aos ditos órfãos e a seu pai, visto não ser cousa que se possa avaliar³⁷.

Ao comparar o valor dos espólios de inventários dos séculos XVI e XVII, vê-se que no século XVI figura o de maior valor, pertencente à Maria Gonçalves, em 374\$350, incluindo toda a fazenda e nove escravos. A partir de 1601 a situação econômica dos paulistanos começou a melhorar posto que, já na primeira metade deste século apareceram três acervos que registraram valores superiores a um conto de réis. Na segunda metade do mesmo século, este número sobe para dezessete. Mas é no final do séc. XVII que a riqueza se apresenta, como mostra o inventário de Catarina da Silva que ao falecer, por volta de 1693, tem haveres avaliados em 6:636\$700; e o de Antônio de Azevedo Sá, falecido em 1681, com o espólio avaliado em 4:131\$490³⁸. Diante disto, afirma Machado:

Daí se conclui quanto se distanciam da realidade os que se fiam cegamente na palavra dos linhagistas. Dos quatrocentos inventários seiscentistas, há apenas vinte que delatam alguma abastança. Cinco por cento.

.....
Mesmo entre os fidalgos a abundância não é muita. O inventário de d. Maria Bueno, casada com dom João Mateus Rendon de Quebedo, revela um passivo bem superior ao ativo do casal.³⁹

Chamamos aqui atenção para a relação entre os bens que compõem os acervos. A princípio, valiam mais, proporcionalmente, os fatos de vestir, as ferramentas, as roupas de cama, colchões e as roupas de mesa, do que a propriedade imobiliária. Como mostra o arrolamento dos bens de Grácia Rodrigues, mulher de Pero Leme, no total avaliado em 70\$560, dos quais: 3\$600 os produtos agrários e a criação, 7\$200 a casa da vila e da roça, 22\$000 os dois escravos, 27\$600 uma pouca de roupa, mobília e ferramenta⁴⁰.

³⁷ MACHADO, Alcântara. **Vida e morte do bandeirante**. p. 40.

³⁸ Ibid. p. 41.

³⁹ Ibid.

⁴⁰ Ibid. p. 43.

Em 1621 essa relação ainda persiste, conforme é retratada pelo inventário de Catarina de Pontes:

[...]por 25\$000, um saio e saia de melcochado preto, o saio com dois colchetes de prata dourados; macho e fêmea; por 20\$000, as casas da vila, de três lanços de taipa de pilão, com repartimentos de taipa de mão com seu quintal⁴¹.

Mesmo dispondo os paulistas de terras em abundância, o solo não favorecia ao plantio da cana-de-açúcar, principal produto comercializado pela colônia e cuja concentração produtiva estava no nordeste. Havia ainda a falta da ferramenta, do vestuário e de tudo aquilo que a colônia não produzia. Tais produtos eram trazidos da metrópole e enfrentavam a dura travessia da serra que ficava entre o mar e o planalto⁴². Assim se explica, em parte, o porquê da relativa desvalorização dos bens imóveis, à exceção das benfeitorias, e da valorização dos bens de consumo evidenciado nos inventários.

Quanto ao povoado, Teodoro Sampaio afirma que, ao terminar o século XVI, havia apenas um mil e quinhentas almas e cento e cinquenta fogos permanentes, ou seja, a vila de São Paulo não passava de um lugarejo humilde⁴³.

Nos inventários mais antigos, dentre os estudados, não se fazia menção à localização exata dos imóveis, constatando-se, outrossim, feitas a logradouros municipais. Conforme demonstra Alcântara Machado, os avaliadores se contentavam em mencionar o nome de um vizinho:

Pegado com Pedro Taques, com o juiz Bernardo de Quadros, com o padre vigário[...]no cabo desta vila a par do carnicheiro[...] junto à casa da Fundação, aos muros dos frades de S. Francisco, ao canto de Gonçalo Lopes[...] defronte do Colégio, do pelourinho, da Cadeia, da porta travessa de Nossa Senhora do Carmo[...] junto, defronte, por detrás, por baixo de Santo Antônio⁴⁴.

Com relação a moradia dos paulistas do período quinhentista, as casas são quase todas “dianteiras e terreiras”. Os primeiros sobrados aparecem nos inventários do início do séc. XVII⁴⁵. Impressiona o baixo valor das casas nesse período, “Por dez mil réis são

⁴¹ MACHADO, Alcântara. **Vida e morte do bandeirante**. p. 43.

⁴² Ibid. p 38-44.

⁴³ SAMPAIO, Teodoro apud MACHADO, Alcântara. Ibid. p.49.

⁴⁴ MACHADO, Alcântara. Ibid. p.50.

⁴⁵ Ibid. p. 54.

apreçadas em 1629 as de Catarina de Medeiros na rua que vai para São Bento”⁴⁶. A alta nos preços se manifestou a partir de 1650. Já em 1655 dois ‘lanços de casas’ da vila e outro ‘meio lanço terreiro’, na rua que vai para o Colégio, alcançaram o valor de cento e trinta mil réis. Os terrenos da área urbana também tinham pouco valor.

Segundo Alcântara Machado, a pobreza da vila resultava da supremacia do meio rural sobre o meio urbano. Era na grande propriedade rural e na exploração da terra que se assentava a garantia de prestígio e poder. Na cidade, o fazendeiro tinha sua casa apenas para passar alguns dias, liquidar alguns negócios ou assistir às festas civis e religiosas. Era, justamente nestas ocasiões, que se fazia os preceamentos dos bens dos órfãos.

Nos inventários, a supremacia do meio rural se apresenta no mobiliário e nas alfaias, superiores em qualidade e quantidade aos da casa da vila, cuja qualidade da construção é inferior e de proporções modestas. Já as casas do sítio:

[...] de construção melhor, se compõe de três ou cinco lanços terreiros ou de sobrado, *forrada e cerrada e fechada com suas janelas e portas, tendo estas suas dobradiças, chave mourisca, ou duas fechaduras, uma inteira, outra de meia mourisca. Contém às vezes um oratório também forrado e muitas benfeitorias de carpintaria. Mostra de uma e de outra parte corredores à roda ou camarinhas ao longo. Ostenta sua varanda e loja ou seu alpendre. Ao lado, a casa da gente, ou dos negros, e as de serviço. Pertinho, o monjolo para pilar o milho. Representa em suma a habitação permanente, o centro da atividade social, o solar da família.*⁴⁷

Além disso, o domínio rural era completamente independente da vila, dizendo-se dele que “se basta a si mesmo e por si mesmo se governa”⁴⁸, consoante observou Machado. As lavouras e os currais abasteciam a mesa do senhor, dos agregados e dos escravos. Nele se encontravam os materiais para as construções, para os utensílios agrícolas, para o mobiliário, para a iluminação, para o vestuário comum. De tal modo reduzia-se a necessidade de relações com a cidade, concorrendo para o seu empobrecimento. Completa Machado: “No espaço em que se faz sentir a influência do latifúndio não há lugar nem para o comércio nem para a indústria, elementos geradores de aglomerações humanas”⁴⁹.

⁴⁶ MACHADO, Alcântara. **Vida e morte do bandeirante**. p.55.

⁴⁷ Ibid. p.61.

⁴⁸ Ibid.

⁴⁹ Ibid. p.62.

Havia ainda, em muitas fazendas dos primeiros séculos, o cultivo do trigo, do algodão, da cana-de-açúcar, da vinha, além da criação de gado vacum, suíno, ovino e caprino, não se podendo olvidar a criação de eqüinos.

É de relevo o registro da quase inexistência de dinheiro amoadado, até o final do século XVII. Raros são os espólios em que aparecem alguns tostões de prata ou alguma moeda de ouro. Pero Leme, morto em 1600, deixa cinqüenta cruzados e doze moedas de quinhentos réis; Francisco Velho possuía, em 1619, 33\$200; Luiz Furtado, em 1636, 70\$000; finalmente, em 1648, Rafael de Oliveira deixa 12\$000 em prata, isto é, “em dinheiro de contado, moeda cunhada e corrente deste reino”⁵⁰. A escassez da moeda cunhada, argumenta Machado, é fato que justifica:

[...]o por que em certo inventário pede ao juiz um interessado que mande vender a fazenda *fiada pelo tempo que bem lhe parecer, visto ter vindo muitas vezes nesta praça sem vender nada. A dinheiro a peso não há quem compre. Em geral é mediante a fiança de um terceiro (muitas vezes o próprio juiz nos inventários da vila, e o capitão da bandeira nos arrolamentos do sertão), que os arrematantes se obrigam a pagar o preço em paz e a salvo para os órfãos, dentro de um, dois, três anos.*⁵¹

Em face da insuficiência de cunhagem da moeda, os colonos voltaram a utilizar o escambo para pagamentos em espécie. A própria municipalidade se viu obrigada a se utilizar desse recurso para cumprir os compromissos, a exemplo do salário do porteiro do Conselho que foi honrado *em palha*⁵². Nos espólios não acontecia diferente:

Porque não possuem *dinheiro de prata nem ouro, e não lavram ouro nem prata, ou por não haver dinheiro na terra, ou pelo pouco dinheiro que nela há, mandam os testadores que as esmolos e os legados sejam pagos em cousas que o valham, em fazenda a preço de dinheiro, em fardas, gêneros, gado vacum, em drogas e cousas da terra, naquilo que houver e correr pela terra, no que houver por casa, na fazenda que se achar em casa, ou que a terra tem, nas cousas que houve por casa, naquilo que a terra dá*⁵³.

As mercadorias que faziam as vezes de moeda variavam de ano para ano. À guisa de exemplo, o autor refere-se a certa quantidade de açúcar exibida, em juízo, como pagamento devido por arrematadores e ‘divideiros’. Outros sucedâneos empregados neste

⁵⁰ MACHADO, Alcântara. **Vida e morte do bandeirante**. p.143.

⁵¹ Ibid.

⁵² Ibid. p.144.

⁵³ Ibid. p.143.

período foram as carnes de porco, os couros, o gado, as peles de porco e de onça, a cera, o mel, a aguardente, o algodão, as aves, entre outros. Por exemplo, sete galinhas valiam sete missas⁵⁴.

2.3 O mobiliário, a baixela, fato de vestir e jóias

A análise da cultura material de um povo permite-nos, acima de tudo, ter uma idéia de seus hábitos cotidianos. Alcântara Machado inicia o capítulo referente ao mobiliário do lar paulistano em tom ensaísta, característica que permeia toda a obra, e ressalta o quão difícil é penetrar na intimidade deste lar, vejamos:

Não é empresa fácil a um estranho devassar a intimidade do lar paulistano.

.....
Aproveitemos, porém, a ausência do chefe da família, partido para o sertão ao serviço de sua Majestade, no descimento do gentio ou no descobrimento de metais e pedras preciosas; e, como a mulher e os filhos estão longe também, no sítio da roça, penetremos, abafando os passos, num desses casarões sorumbáticos da vila adormecida. Escolhemos para o nosso inquérito um prédio de boa aparência. Pouco nos interessam as *pousadas onde pousa* a gente somenos: não varia no tempo e no espaço o espetáculo da miséria humana. O que aguça a curiosidade é o ambiente em que se move a aristocracia da colônia.⁵⁵

Resulta nos inventários, segundo o autor, a pouca quantidade e o desconforto dos móveis daquela época. Tomamos, mais uma vez, o inventário quinhentista de Grácia Rodrigues, cujo marido, no dizer de Pedro Taques era o “*ilustríssimo* Pero Leme *fidalg*o muito antigo nos livros de el-rei”, mas que “entre as *cousas de casa* figuravam apenas: um colchão, um travesseiro, duas redes, uma caixa preta, um espelho, dois caldeirões, um castiçal, uma frigideira, dois ralos, um frasco de vidro, e uma cadeira de espaldar.”⁵⁶

Com o passar do tempo, nos inventários começaram a figurar ao lado das redes de carijós, o catre, com suas grades na cabeceira e suas tábuas por baixo; ou, nos bufetes de cedro ou jacarandá com chapas de ferro nos cantos, principiaram a vizinhar com o vasilhame grosseiro de barro da terra ou de estanho, alguma louça pintada de Lisboa ou Talaveira, pratos de barro da Índia, colheres e tamboladeiras de prata. Mais ainda, apareceu

⁵⁴ MACHADO, Alcântara. **Vida e morte do bandeirante**. p.144-145.

⁵⁵ Ibid. p. 69.

⁵⁶ Ibid. p.70.

um ou outro guarda-roupa ou reposteiro de canequim lavrado, um ou outro retábulo de vidraça. Mais comuns se tornaram as cadeiras de espaldar, ou de *estado*, ladeando as cadeiras rasas e tamboretas.⁵⁷

Não bastassem os inventários para atestar a escassez de mobília no lar paulistano, um incidente ocorrido em 1620, registrado em atas da municipalidade, reforça essa realidade. Trata-se do caso da cama de Gonçalo Pires, que foi requisitada pela edilidade paulistana para uso do ouvidor geral Dr. Amâncio Rebêlo Coelho, que havia ido à São Paulo em correição.⁵⁸

A partir da segunda metade do século XVII, os inventários se mostraram menos precisos e minuciosos, e o cabeça de casal e os avaliadores passaram a nomear somente o que lhes parecia digno de avaliação, desprezando os espetos de ferro e outras ninharias. A riqueza privada se refletiu no aumento dos arranjos e adereços domésticos e não parou de crescer à medida que se aproximava o ciclo da mineração.⁵⁹

Simbolizando a ampliação das riquezas, os objetos e utensílios diversificaram-se e apareceram em profusão e, assim, lentamente o estanho foi sendo substituído pela fiança na mesa da gente importante. Abundam os objetos e utensílios de prata. Começam a chegar da Índia as colchas e lambéis de mesa e as alcatifas com seus cadilhos de seda. Apareceram os catres torneados à cabeceira. A mobília se enriqueceu de bufetes de jacarandá marchetados de marfim, relógios de areia, escritórios de cinco palmos com suas gavetas e fechaduras e seus tinteiros e tinta.⁶⁰

Apesar disso, “é tão parco o aderêço ou guarnimento da casa fidalga na era seiscentista, que a descrição de tudo cabe à vontade em meia dúzia de linhas”.⁶¹ Tomemos, como ilustração, o inventário de Lourenço Castanho Taques, cujos bens foram avaliados em 2:056\$030, quando do seu falecimento em 1651. Eis o que figura na casa onde morava:

Dois bufetes, quatro cadeiras, seis tamboretas (três deles quebrados), um catre, cinco colchões, três catres de mão, uma caixa, duas bacias e um castiçal de latão, três tachos de cobre, um pavilhão, um tapete, dez pratos e uma salva e um saleiro de estanho, nove colheres e cinco tamboladeiras de prata.⁶²

⁵⁷MACHADO, Alcântara. **Vida e morte do bandeirante**. p. 70.

⁵⁸ Ibid. p. 71.

⁵⁹ Ibid. p. 72.

⁶⁰ Ibid.

⁶¹ Ibid. p. 74.

⁶² Ibid. p. 76.

A ‘arraia miúda’, da época que se ocupam os inventários, utilizava-se da cerâmica conforme as técnicas desenvolvidas pelos índios, quando não, davam preferência às gamelas e aos copos de madeira.⁶³

Na mesa e cozinha da classe média, predominava o estanho. Deste material se faziam os pratos de cozinha e meia cozinha, as colheres, as galhetas, as salvas, as taças, os frascos, as jarras, os pratos de água às mãos. O que valia era a matéria em si e não o feitio. Pesava-se tudo, valendo o arrátel⁶⁴, quando novo, trezentos e vinte réis e cento e sessenta, quando velho.⁶⁵

O vidro, por sua vez, se manteve inacessível à maioria modesta da população. Não chega a uma dúzia o número de copos deste material descrito nos inventários. Salvo Isabel Soares que possuía três e Matias Rodrigues da Silva que se contentava com dois, ninguém possuía mais de um, pois não havia necessidade, uma vez que todos os convivas bebiam vinho no mesmo copo e água na mesma vasilha.⁶⁶

No bufete da gente melhor apareciam, com certa freqüência, algumas peças de prata. Em média são cinco ou seis colheres de cabo chato ou roliço e uma ou duas tamboladeiras. Já as facas e os garfos não constavam em geral dos espólios.⁶⁷

Em meio aos espólios dos potentados, figuram verdadeiras baixelas, conforme relaciona Alcântara Machado:

[...]a mais numerosa é a de Bartolomeu Bueno Cacunda, que pesa vinte e nove libras e meia e vale 302\$080. A de Domingos Jorge Velho, composta de duas salvas, quatro tamboladeiras, doze pratos pequenos de meia cozinha, quatorze colheres, um jarro grande, um saleiro e um prato de água às mãos, tem o peso de vinte e oito libras e meia, e o valor de 228\$000. Além disso, mais quatrocentas e cinquenta e quatro oitavas e meia de ouro lavrado, equivalente a 347\$600 em dinheiro[...]. Não tardará muito o tempo, em que Salvador Jorge Velho terá, em sua fazenda de Parnaíba, como Luiz XIV em Versalhes, móveis de ouro e prata.⁶⁸

Ao transformarem parte de sua fortuna em jóias, prata lavrada e barretas de ouro, Domingos Jorge Velho e Bartolomeu Bueno Cacunda tinham em vista a constituição de

⁶³ MACHADO, Alcântara. **Vida e morte do bandeirante**. p. 79.

⁶⁴ Antiga unidade de medida de peso equivalente a 456g ou 16 onças.

⁶⁵ MACHADO, Alcântara. Op. cit. p. 80.

⁶⁶ Ibid.

⁶⁷ Ibid. p. 82-83.

⁶⁸ Ibid. p. 82.

uma reserva de fácil transporte e realização imediata, posto que as condições econômicas e de ordem pública não ofereciam segurança para a guarda desses bens.⁶⁹

A simplicidade está também no ‘fato de vestir’, nas jóias e nos ‘fatos de cama e mesa’ dos paulistas do período analisado. Segundo Machado “vestem-se todos pobremente, por figurinos desuetos, ou, como dizem certas avaliações, ‘pelo uso antigo’”.⁷⁰ O pano de algodão era o tecido dominante no vestuário de então, além de moeda corrente, conforme “Comprovam-no os termos judiciais em que os curadores se obrigam a *reparar*, sustentar, alimentar os órfãos, seus curatelados, *conforme ao estado da terra, que é o pano de algodão.*”⁷¹

Machado descreve detalhadamente o vestuário masculino, que não peca pela abundância a ‘roupa branca’(designação que compreendia roupas de baixo). Quando muito, um par de ceroulas e um par de camisas por cabeça, feitos de algodão grosseiro. As peças essenciais se reduzem a roupeta, ferragoulo e calção.⁷² Segundo ele, toda a beleza estava no colorido: “o pano pode ser azul cor do céu, cor de pombinho, cor de lírio, cor de flor de pessegueiro, ou apessegado, cor de rato, verde-mar.”⁷³

Para a gente de posição e dinheiro, além do vestuário comum, acrescentava-se uma capa de baeta ou raxeta para ouvir missa e aparecer em praça. E quando as posses lhes permitiam, um traje de cerimônia com direito a tecidos de seda e enfeitado com pespontos, galões e passamanes multicores.⁷⁴

Da mesma forma que o mobiliário e as baixelas, a moda masculina sofre uma grande transformação a partir de 1650, possibilitada pela prosperidade econômica. Chegara “o tempo das casacas de duquesa *com gueta* de seda, dos casacões de baeta verde, dos coletes, das cuecas.”⁷⁵

Os mais abastados exibiam, como complemento do traje de rigor, a *espada de vestir* que compreende a espada, adaga, cinto e talabarte. Tendo a espada, quase sempre, o cabo e o punho de prata, abertos a buril. Figuravam ainda, ao lado da vestimenta civil ou profana, a opa da Misericórdia, de tafetá carmesim, ou o balandrau de outra irmandade. Sendo estes trajes destinados para as procissões e festividades religiosas. O calçado

⁶⁹ MACHADO, Alcântara. **Vida e morte do bandeirante**. p. 82.

⁷⁰ Ibid. p. 87.

⁷¹ Ibid. p.87-88.

⁷² Ibid.

⁷³ Ibid. p.89.

⁷⁴ Ibid. p. 89-90.

⁷⁵ Ibid.p.90.



consistia em botas de porco, de veado ou de cordovão. À cabeça se cobriam os ricos com chapéus de *verdã*, *Bardá* ou *Segóvia*. Já os homens do povo usavam uma *gualteira* ou carapuça, que era em regra de picote, podendo ser também de couro de anta.⁷⁶

Já a moda feminina, segundo descreve Machado, não parece ter sofrido grandes modificações no seu figurino, ao longo do período que vai do primeiro ao último inventário. Composto do vestido de gala chamado *vestido de igreja*, por ser esse o único lugar onde as senhoras daquele tempo podiam “dar o espetáculo de sua beleza e galanteria”⁷⁷, durante as festas religiosas.

As pequenas modificações da moda se faziam sentir mais nos tecidos do que no feitio. As senhoras abastadas possuíam saia do reino de Londres florentino, ou portalegre; os gibões e corpinhos de tafetá ou cetim flamengo encarnado, de Holanda ou holandilha; os mantos de sarja, recamadilha, baeta, burato, sarjeta do senhor. As de pouca monta, se contentavam com as fazendas de algodão: picote, picotilha, calhamaço, canequim.

Com a prosperidade, apareceram os tecidos finos de lã: camelão, serafina, perputuana, partudo, milanesa, além das sedas. Vejamos o que aparece no espólio de d. Catarina de Góis, mulher do capitão Valentim de Barros: “Avalia-se em trinta e dois mil réis um vestido de seda pinhoela, anáguas forradas de tafetá preto, roupão e gibão.”⁷⁸

Mais do que a quantidade, conclui Machado, o que se vê nos inventários é muita fazenda. E observa que, a partir de 1680 são raros os espólios que alvidram o fato de vestir, talvez porque a fartura trazida pelo descobrimento das minas, fez do vestuário produto insignificante para ser avaliado.⁷⁹

Complementando o vestuário da mulher paulistana, aparecem as jóias, sem as quais não se consideram suficientemente vestidas. Os ‘brincos de orelha’ são de uma variedade imensa:

Escudos, orelheiras, argolas de ouro de canotilha, pelicanos com suas argolas, arrecadas de duas e três voltas, arrecadas de ouro ou prata sobredourada com pernas de aljofres, cabaças e cabacinhas esmaltadas de verde, brincos de aljofres esmaltados de prata com onze cabaças, brincos castelhanos com suas pérolas.⁸⁰

⁷⁶ MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. p. 91.

⁷⁷ *Ibid.* p.91.

⁷⁸ *Ibid.* p. 93.

⁷⁹ *Ibid.* p. 94

⁸⁰ *Ibid.* p. 94.

Aparecem ainda nos inventários, gargantilhas, afogadores, cadeias, feitas para adornarem o colo, anéis e, mais raramente, pulseiras. Porém, se estas são raras, os rosários são mais frequentes, pois, constituíam o complemento indispensável do vestuário feminino de grande gala.⁸¹

Os homens mostraram igual predileção pelos ornatos de metais preciosos. Faziam uso de “fivelas de cinto, fivelas de sapatos, botões lisos de véstia, *tabaqueiros em feitio de coração com seus bocais*”, tudo em prata.⁸²

Eis uma mostra da cultura material dos paulistas dos primeiros tempos, ressaltando a simplicidade dos objetos de uso diário, mesmo entre os mais ricos. Daí a indagação de Alcântara Machado: “Haverá coisa mais relativa do que o luxo?”⁸³

2.4 A família

A família paulista dos primeiros tempos, segundo Machado, revelou-se forte e coesa, constituindo a verdadeira unidade social. Tal coesão e força foram possíveis graças à autoridade incontestável do pai de família sobre todos aqueles que viviam à sombra de sua fortuna e prestígio, quais sejam os demais membros da família como também os escravos, os agregados e proletários livres. A ele competia dar marido à filha e esposa ao filho, além de lhes traçar o destino, escolhendo a profissão que deveriam seguir ou designando-lhe uma tarefa nos negócios da família. Mesmo após a morte, o pai procurava incitar os herdeiros ao cumprimento de certos deveres.⁸⁴

Cercava os membros da família um sentimento de respeito refletido no modo por que se tratavam. Descreve Machado:

[...] Dirigindo-se à mulher, escreve Antônio Rodrigues Moreira em carta anexa ao inventário de Pedro Palácio de Meneses: *Minha Esposa e Senhora[...] Vossa Mercê diz que a desgraça[...]*. E quando se refere a outros parentes: *seu irmão e senhor meu cunhado[...] o senhor nosso pai... a senhora nossa mãe[...]*. Da mesma forma, Bartolomeu Bueno: *senhor sobrinho*. E José Dias Velho: *ao senhor meu sobrinho, seu genro*.⁸⁵

⁸¹ MACHADO, Alcântara. **Vida e morte do bandeirante**. p. 96

⁸² Ibid.

⁸³ Ibid. p.76.

⁸⁴ Ibid. p. 154.

⁸⁵ Ibid. p.155.

À mulher cabia a sujeição e a obediência, condição que não mudava ao passar do poder do pai para o do marido. Seu destino era viver “enclausurada em meio das mucamas, sentada no seu estrado, a coser e lavar e fazer renda e rezar as orações, *bons costumes* em que se resume a sua educação.”⁸⁶ Dois caminhos únicos se lhe abriam na vida: o convento e o matrimônio, e com isso se preocupava o pai, buscando garantir o cumprimento de sua vontade mesmo após sua morte, através do testamento, consoante descreve Machado:

[...] Pedro Vaz de Barros aconselha à consorte que *trate de dar estado às duas filhas donzelas...o mais depressa que puder ser, com sujeitos beneméritos e capatazes de buscar a vida honradamente. Pedem outros aos filhos varões que ajudem a mãe a criar e casar as irmãs, como filhos de bênção, [...]*⁸⁷

Entre as obrigações dos curadores, estava a de arrumar marido para a curatelada, tarefa fácil, posto que, à época, havia carência de noivas aceitáveis, conforme escreve em carta Padre Manoel da Nóbrega ao Padre Mestre Simão: “Parece-me coisa mui conveniente mandar Sua Alteza algumas mulheres que lá têm pouco remédio de casamento a estas partes, *ainda que fossem erradas*, pois casarão todas mui bem[...]

⁸⁸

Com relação ainda ao casamento das filhas, o dote figurava obrigação das mais importantes, da qual o pai da nubente não podia se furtar. O marido recebia geralmente escravos da guiné ou negro da terra, instrumentos de lavoura e cabeças de gado; constava ainda do dote o enxoval da noiva, o mobiliário e a ‘limpeza’ da casa. Em sendo ‘gente abastada’, acrescentavam a tudo isso uma casa em São Paulo ou um pedaço de chão para construir casas na vila, ou ainda, um sítio na roça.⁸⁹ Dentre os dotes registrados em inventário, o mais importante é o da mulher do Capitão Antônio do Canto: além de quarenta e quatro almas de gentio, 718\$00 em bens móveis, semoventes e de raiz.⁹⁰

Quase sempre, ao lado da família legítima existia outra, fruto do concubinato dos brancos com índias ou negras. No caso dos paulistas, essa prática foi favorecida pelo fato de passarem longos períodos apartados do lar doméstico em função das expedições ao sertão. Resultou daí, em parte, o grande volume de prole bastarda.

⁸⁶ MACHADO, Alcântara. **Vida e morte do bandeirante**. p. 155.

⁸⁷ Ibid.

⁸⁸ NÓBREGA, Manoel da. apud. MACHADO, Alcântara. Op.cit p.156.

⁸⁹ Ibid. p.156

⁹⁰ Ibid. p.157.

No entanto, Machado ressalta que os pais não se esqueciam dos ‘filhos dos pecados’. Em razão disto, não é raro constarem nos testamentos do período, o reconhecimento da paternidade, especificando os adúlteros e os naturais, além de fazer a nomeação da mãe da criatura.⁹¹ Eis uma mostra do que afirma o autor:

[...]. *Tenho um filho adúlterino feito em uma negra nova tabajara, diz Henrique Lôbo. Houve uma filha, sendo casado, de uma índia[...] e, sendo solteira, um filho natural, declara Manuel Sardinha. Antes de casado com sua primeira mulher, houvera uma filha de uma índia da casa de seu pai, e, sendo viúvo, uma filha de uma negra de seu filho, confessa Matias de Oliveira. Tenho duas filhas bastardas e um filho havido de negra, sendo eu já casado, escreve Matias Lopes.*⁹²

Embora não fosse permitido por lei equiparar o filho bastardo ao legítimo na sucessão de bens, vários testadores procuraram ampará-los de alguma forma, como aponta Machado: “deixam-lhes *pelo amor de Deus* um pouco de dinheiro, uma dúzia de vacas, um vestido usado, ou, ainda, *o que parecer melhor à viúva e lho merecer o bastardo.*”⁹³

É interessante observarmos que, em alguns testamentos, o testador solicitou da esposa cooperação para fazer cumprir a sua vontade ou, ainda, que criasse seu filho bastardo. Porém, o que a maioria dos testadores tinha em vista era por o filho em liberdade como forro, livre e isento de qualquer obrigação⁹⁴. Vejamos o que disseram alguns testadores:

[...]. Veja-se esta verba do testamento de Pascoal Neto: *está em casa de Ascenso de Quadros uma índia pejada[...] nascendo a criança[...] peço à minha mulher a crie pelo amor de Deus. Diz por seu turno Manuel Sardinho: houve uma filha, sendo casado, de uma índia[...] a qual peço à minha mulher recolha em casa e trate como minha filha.*⁹⁵

Eis, nas precedentes abordagens, um breve relato a respeito da família paulista dos primeiros séculos de colonização, firmada na autoridade paterna como prerrogativa para manter a unidade familiar e o *status quo* de uma sociedade escravocrata.

⁹¹ MACHADO, Alcântara. **Vida e morte do bandeirante**. p. 160.

⁹² Ibid.

⁹³ Ibid. p. 162.

⁹⁴ Ibid. p. 162-163.

⁹⁵ Ibid. p.163.

2.5 Em face da morte

No tempo a que se refere o estudo, o testamento era tido como uma manifestação de fé. A prática de testar já se incorporara aos costumes, de tal forma que, dos quatrocentos e cinquenta inventários analisados, em apenas “cento e poucos” não constavam a declaração de última vontade⁹⁶.

Todos se julgavam obrigados a fazê-lo, do mais pobre ao mais abastado, pois, tinham o desejo de alcançar o caminho da salvação. Tal motivação era colocada claramente em todos os documentos, da seguinte forma: *“Temendo-me da morte e desejando pôr minha alma no verdadeiro caminho da salvação...”*⁹⁷ Alguns expressaram, em acréscimo, a preocupação de dispor e ordenar suas coisas terrenas ‘para clareza da verdade’.

Em função do tipo de vida que levavam, muitos não aguardavam o minuto extremo para elaborar seu testamento. Faziam, muitas vezes, na véspera da partida para o sertão, tal o caso de Antônio Rodrigues de Miranda: *“por estar de caminho para o sertão buscar meu remédio e por ser mortal e não saber a hora que hei de dar conta de minha vida.”*, ou, ainda, Pedro Madeira: *“por não saber da morte nem da vida nesta viagem que vou fazer aos Guaianases.”*⁹⁸

Em geral, quem redigia a cédula pelo testador era um monge ou clérigo regular. Tudo o que dizia respeito ao funeral vinha explicitado detalhadamente no documento. Alguns exigiam como sudário um lençol, por ter sido este a mortalha de Jesus, enquanto outros preferiam ser enterrados envoltos no hábito carmelitano ou franciscano. Determinavam, também, o templo em que desejavam ser inumados.⁹⁹

Com as mesmas minudências, os testadores providenciavam o bem de sua alma. Daí, explicita Machado:

[...]além da missa cantada com seus responsos, ou com vésperas e ladainhas, além de um ofício de nove lições em riba do corpo, ou de vários com um noturno cada um, os testadores de prol exigem sufrágios abundantes pelo tempo a fora. E mostram-se apressados: seja logo...sem demora... quanto mais depressa melhor[...]¹⁰⁰

⁹⁶ MACHADO, Alcântara. **Vida e morte do bandeirante.** p.212.

⁹⁷ Ibid.

⁹⁸ Ibid. p. 213.

⁹⁹ Ibid. p. 216-217.

¹⁰⁰ Ibid. p. 218

Para atender aos desejos do testador quanto ao funeral e o bem da sua alma, era consumida boa parte do espólio. No de Catarina da Silva, por exemplo, tais despesas somaram juntas duzentos e sessenta mil réis.

Outras disposições figuram nos testamentos, como as que eram feitas para aliviar a consciência de algumas faltas que porventura houvessem cometido. Consoante Machado:

Este confessa que *vendeu mal* certas coisas e manda cobrar por metade o valor dos *conhecimentos* ou títulos de dívida. Aquele ordena *dez missas por algumas cousas alheias que poderá dever em consciência, que sejam por seus donos*. Aqui é alguém que deixa certa quantia para ser aplicada em missas, como *restituição de alguma cousa que não saiba*. [...] É mais além um sertanista, arrependido das depredações cometidas contra os silvícolas, *de que pede perdão*, a encomendar dez missas *para satisfação da força que fez ao gentio e dos mantimentos que lhe comeu*¹⁰¹.

A pessoa responsável por dar cumprimento a esses votos era o testamenteiro ou, na falta deste, o herdeiro designado.

2.6 Vida e morte do bandeirante – algumas considerações

Entendemos ser de grande relevância para o nosso estudo fazermos algumas considerações a respeito do referencial teórico-metodológico empregado por Alcântara Machado na elaboração de sua obra.

Ao iniciarmos o presente capítulo, enfatizamos o fato de *Vida e morte do bandeirante* ter sido considerada uma obra inovadora sob os pontos de vista temático e documental.

Temático, por ter proposto o estudo da vida do homem comum, seu cotidiano e seu condicionamento aos fatores econômicos e sociais, procurando apreender o bandeirante sob diversos aspectos: família, bens, costumes, crenças, moradias e diversos outros temas expostos anteriormente. Entretanto, o autor entrou em contradição com o que propôs, ao privilegiar, no decorrer de sua obra, o estudo das famílias abastadas, da aristocracia colonial, assim por ele chamada.

¹⁰¹ MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. p. 222.

Este pensamento fica bastante evidenciado quando, ao estudar o mobiliário dos paulistanos, o autor afirmou: “Pouco nos interessam as *pousadas onde pousa* a gente somenos: não varia no tempo e no espaço o espetáculo da miséria humana. O que aguça a curiosidade é o ambiente em que se move a aristocracia da colônia.”¹⁰² Tal pensamento nos leva a concluir que, apesar da inovação temática, o autor continuou preso à visão da história tradicional, assentada no estudo dos homens importantes e de destaque na sociedade.

Do ponto de vista documental, Machado utilizou os inventários e testamentos referentes aos séculos XVI e XVII, fazendo, no nosso entendimento, uma análise quantitativa de dados para elaborar a explicação da sociedade em questão. Fez ver a importância de tais documentos como fonte para a pesquisa histórica, contrapondo-se à visão de Oliveira Viana acerca da sociedade paulista e demonstrando, através da análise da cultura material, a impossibilidade da opulência retratada por Viana.

Outras fontes aparecem ao longo de sua obra, ainda que de forma não referenciada pelo autor. Oliveira Viana é citado várias vezes, especificamente sua obra *Populações meridionais*. Ao falar do povoado e da população existente na vila, Machado faz referência a Teodoro Sampaio e à edilidade através dos *Atos da vereação*.

Vale-se ele, ainda, dos *atos da Câmara*, quando explicita os motivos da migração dos ‘vicentistas’ para altiplano. Machado socorre-se de Pedro Taques para tecer considerações sobre Pero Leme e, finalmente, cita Taunay, quando contrapõe, à ‘pobreza verbal’ dos documentos quinhentistas, o enriquecimento do vocabulário identificado nos documentos de seiscentos. Porém, Machado não nos oferece quaisquer referências bibliográfica ou documental específicas capazes de conferir caráter científico à sua obra.

Por fim, merece destaque a forma descritiva e ensaísta com que Machado constrói sua obra. Por vezes, o autor nos dá a nítida impressão de que estava presente ao momento do acontecimento por ele narrado. Vejamos esta passagem:

Um grande assombro alarga os olhos de todos os fiéis, quando d. Catarina de Siqueira entra na igreja do Colégio, *casa do Senhor São Paulo*, levando, a sua vasquinha e o seu saio de veludo roxo e amarelo, este guarnecido de seis passamanes e aquela de quinze. Pertencem-lhe os mais formosos gibões da época: um, *de tal azul, enfeitado de*

¹⁰² MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. p.69.

*carassulilho de ouro sobre pestana lavradea; outro, de tabi amarelo, com passamanes pretos.*¹⁰³

Em outra passagem, Machado nos presenteia com sua escrita romanceada e imaginativa, vejamos:

Pelas vielas do povoado, ou através das lavouras, deslizam sombras. Rebanhos trágicos de negros da terra ou da Guiné. Mamelucos madraços e atrevidos. Potentados de grande séquito, cheios de rudeza e gravidade, que passam e de repente desaparecem, tragados pelo sertão. Desses fantasmas, humildes ou altaneiros, não distinguimos a fisionomia, tão largo é o espaço que nos separa. Mas, apesar da distância, ouvimos o que dizem e sabemos o que sentem.¹⁰⁴

Não nos cabe aqui a pretensão de definir a obra de Alcântara Machado como inovadora ou tradicional, propondo-nos, apenas, a ressaltar alguns aspectos pertencentes aos dois movimentos historiográficos, tradicional e clássico, ali presentes e salientar a importância dos inventários e testamentos na sua elaboração.

A seguir, buscaremos dar continuidade ao nosso objetivo, estudando trechos de duas obras pertencentes a outro momento da historiografia brasileira mas que, semelhante à obra de Alcântara Machado, contaram com os inventários e testamentos como fontes para sua pesquisa histórica. No entanto, as referidas obras, *História das mulheres no Brasil* e *História da família no Brasil colonial*, foram elaboradas com base em uma outra concepção historiográfica o que se fará mister demonstrar adiante.

¹⁰³ MACHADO, Alcântara. **Vida e morte do bandeirante**. p.92.

¹⁰⁴ Ibid. p. 34.

3 OS INVENTÁRIOS NA HISTORIOGRAFIA DO FINAL DO SÉCULO XX.

HISTÓRIA
DAS
MULHERES
NO
BRASIL



UNESP

CONTEXTO



3.1 Mulheres do sertão nordestino

Este estudo de Miridan Knox Falci faz parte da obra intitulada *História das mulheres no Brasil*, publicada em 1997, integrante da historiografia brasileira e que se propôs a contar a história das mulheres no Brasil, do período colonial aos dias atuais. Para o nosso trabalho, escolhemos o capítulo que se refere às mulheres do sertão nordestino, especificamente às províncias do Piauí e Ceará, no século XIX, por este contar, dentre outras, com inventários e testamentos como fonte documental.

Dentro da perspectiva de buscar o “socialmente invisível”, neste caso a sertanista do século XIX, Falci utilizou além de inventários e testamentos, a literatura de cordel e livros de memórias, dependendo de sua condição social. Segundo a autora:

As muito ricas, ou da elite intelectual, estão nas páginas dos inventários, nos livros, com suas jóias e posses de terra; as escravas, também estão ali, embora pertencendo às ricas. As pobres livres, as lavadeiras, as doceiras, as costureiras e rendeiras – tão conhecidas nas cantigas do nordeste -, as apanhadeiras de água nos riachos, as quebradeiras de coco e parteiras, todas essas temos mais dificuldades em conhecer: nenhum bem deixaram após a morte, e seus filhos não abriram inventário, nada escreveram ou falaram de seus anseios, medos, angústias, pois eram analfabetas e tiveram, no seu dia-a-dia de trabalho, de lutar pela sobrevivência. Se sonharam, para poder sobreviver, não podemos saber.¹⁰⁵



O sertão nordestino, no período estudado pela autora, se caracterizava por costumes específicos e tradições antigas, onde extensas fazendas de gado e de plantio de algodão utilizaram mão-de-obra livre e escrava trabalhando juntas, e cuja população era predominantemente mestiça. Era, sobretudo, uma sociedade fundamentada no patriarcalismo e altamente estratificada entre homens e mulheres, ricos e pobres, escravos e senhores, “brancos” e “caboclos”.

Na hierarquia estabelecida e reconhecida socialmente pelo princípio da riqueza, o homem, o fazendeiro, o político local, o “doutor”, ou até mesmo o vaqueiro, vinham em primeiro lugar. Entre as mulheres de primeira categoria figuravam a senhora, a dama, chamadas dona fulana ou apenas “dona”. O ideal de mulher naquele sertão era ser filha de

¹⁰⁵ FALCI, Miridan Knox. Mulheres do sertão nordestino. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2000. p. 241-242.

fazendeiro, bem alva, herdeira de escravos, gados e terras. No último plano dessa hierarquia, vinham os negros e escravos.¹⁰⁶

Quanto à aparência física, os traços das mulheres da elite são mais conhecidos graças aos retratos de famílias preservados. Algumas têm os cabelos crespos, os lábios grossos e a “tez levemente amorenada” (como é retratada Luísa Amélia) que lembram os tipos físicos miscigenados; outras apresentam “o nariz regular, a fronte elevada”, o pescoço fino e cabelos “corridos, mas lustrosos”, denotando origens mais europeias. Sempre de cabelos longos, podendo ser esguias ou gordas, de formas arredondadas.¹⁰⁷

Algumas, muito ricas, possuíam muitas jóias, mas, de forma geral, eram mulheres simples no seu modo de vestir e aparecer. Falci cita, dentre aquelas, D. Maria Joaquina da Conceição, moradora de Oeiras, mulher do rico fazendeiro Raymundo de Souza Britto. Ao falecer, em 1878, possuía mais de meio quilo em jóias de ouro, conforme consta em seu inventário.¹⁰⁸

O que constava dos inventários das mulheres ricas do interior do sertão não eram jóias, roupas, mobiliários ou quadros, mas sim, muitos escravos e bens de raiz, estes considerados de maior importância, tais como: fazendas, centenas de cabeças de gado cavalar, muar e vacum, casas de telha na cidade, com muitas portas e janelas, benfeitorias expressas em currais, cercados, roças nas suas terras de fazenda. No lugar das jóias em ouro e prata, demonstravam sua riqueza nos selins de couro lavrado, as selas de banda (selas femininas), os estribos de prata trabalhada, os arreios em fino couro lavrados muito valiosos.¹⁰⁹

Considerados também sinais de riqueza e prestígio eram as redes confeccionadas em tapeçaria adamascada, nas quais as mulheres de posses eram conduzidas por escravos em seus passeios, os tecidos utilizados para proteger-lhes o rosto do sol e da claridade, as colchas e as toalhas de mesa e de aparador tecidas nos teares domésticos pelas escravas ou feitas em linho comprado no Rio de Janeiro ou Bahia.¹¹⁰

Quanto à aparência física das escravas, Falci aponta a dificuldade em conhecê-las uma vez que, no Piauí não passaram as penas de um Rugendas ou de um Debret. Desta forma, a autora recorreu aos anúncios de fuga ou venda de escravos para reconstituir o tipo

¹⁰⁶ FALCI, Miridan Knox. Mulheres do sertão nordestino. In: PRIORI, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. p. 242.

¹⁰⁷ *Ibid.* p. 245.

¹⁰⁸ *Ibid.* p. 246.

¹⁰⁹ *Ibid.* p. 247.

¹¹⁰ *Ibid.* p. 248.

físico da mulher escrava. Foi constatada uma grande variedade de aparências: mulata, negra, cabra, crioula (sic), e fula; altas, baixas, tendo braços, mãos e pés compridos ou finos. Essa variedade se explica pela diversidade étnica e de origem das escravas.¹¹¹

Outro aspecto relevante no estudo das mulheres do sertão diz respeito ao seu nível de instrução. No sertão nordestino do século XIX, o espaço reservado à mulher estava restrito ao privado, mesmo para as que possuíam algum grau de instrução. Muitas filhas de fazendeiros nasceram, cresceram, casaram e morreram nas fazendas de gado. A elas não era dado o direito da instrução, raramente aprendiam a ler, muitas conheceram apenas as primeiras letras e aprenderam a assinar o nome. Sua educação resumia-se ao aprendizado da arte de bordar em branco, do crochê, da matiz, da costura e da música.¹¹²

O analfabetismo de muitas mulheres ricas e nobres ficou expresso em vários documentos como: procurações, cartas de alforrias de escravos e testamentos, nos quais solicitavam ao tabelião que assinasse, a seu rogo, “por não saber ler nem escrever”. Foi o caso de Maria Josefa Clementino de Sousa, filha do visconde de Parnaíba, que teve de passar procuração para o capitão Benedito de Souza Britto resolver problemas seus com limites de terra.¹¹³ Quanto a isso, Falci expressa:

Podemos imaginar as apreensões por que passaram essas mulheres quando não puderam exprimir-se por escrito e tiveram de depender de outros para fazer solicitações, negociar ou lutar por seus bens e de seus filhos por ocasião de processos de inventários.¹¹⁴

Ao falar da família da mulher do sertão, a autora constata que, ao contrário do que acontecia com as mulheres da elite, cujas famílias estavam radicadas há mais de cem anos na região exercendo a exploração extensiva da pecuária e da agricultura de subsistência, fundamentadas nos grandes latifúndios, a mulher pobre não sabia dizer quem eram seus ancestrais, embora o nome de família a mantivesse ligada a algum tronco familiar.¹¹⁵

Não obstante, nada se compara com a impossibilidade de se conhecer a família da mulher escrava. Ao serem compradas no Maranhão ou em Salvador, importadas da África

¹¹¹ FALCI, Miridan Knox. Mulheres do sertão nordestino. In: PRIORI, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. p.249.

¹¹² Ibid. p. 251.

¹¹³ Ibid. p. 252.

¹¹⁴ Ibid.

¹¹⁵ Ibid. p.255.

chegavam sem nome familiar ou sobrenome. Segundo a autora, “À escrava as pessoas se referiam: “Efigênia, número 2435 (o registro que tinha na municipalidade local), de cor crioula, de mais ou menos 30 anos, do senhor Carlos César Burlamaqui.”¹¹⁶ Da genealogia da mulher escrava, podemos conhecer no máximo três gerações, a partir de alguns inventários das mulheres e homens ricos, onde aparecem da seguinte forma: “a escrava Conceição, filha da escrava Ana, e que tem os filhinhos Estevão e Raimundo”¹¹⁷. Observe-se que não eram citados nem o nome do seu pai, nem do pai dos seus filhos. Sua pequena família aparece, ainda, nos comentários dos livros de memórias das senhoras ricas.

Falci dedica, outrossim, parte do seu estudo à riqueza destas mulheres do sertão e constata, ao comparar seus inventários com os das mulheres da cidade do Rio de Janeiro, profundas diferenças naquilo que possuíam e no que havia nas suas casas. Os inventários das mulheres da elite do sertão raramente ultrapassavam os dez contos de réis.¹¹⁸

Para descobrir a vida material na qual as sertanistas estavam inseridas, a autora selecionou alguns inventários, dentre os quais relacionaremos adiante relacionaremos. O primeiro deles é o de D. Carolina Maria da Fonseca, morta em 1864, viúva do alferes Manoel Roberto Mendes de Loyola, residente em Oeiras. Não era mulher rica, segundo os padrões da época, deixando um montante total de 647\$400, constante do seguinte: duas posses de terra na fazenda Graciosa, uma no valor de 100\$000 e outra no valor de 21\$ 400 e dois escravos, sendo eles Francisco, crioulo, de 36 anos, carpinteiro, que valia 350\$000e Victoria, crioula de 48 anos, cozinheira, que valia 200\$000.¹¹⁹

Em seguida, temos o inventário de D. Ana Rita de Carvalho, solteira, morta em 1852, pertencente a importante família Ferreira de Carvalho. Seu espólio perfaz um valor bem superior ao de D. Carolina, totalizando 2:500\$000 entre escravos e bens de raiz, assim distribuídos: escravos – Maria de 28 anos, no valor de 350\$000; João de 13 anos, crioulo, no valor de 300\$000; Eunélia de 11 anos, doente de “calor do fígado”, no valor de 250\$000; Francisca de 8 anos, cabra, no valor de 220\$000 e Leocádio de 4 anos, crioulo, no valor de 120\$000 -, perfazendo no total 1:240\$000; os bens de raiz consistiam em uma morada de casas velhas e uma posse de terra, juntas perfazendo o valor de 1:260\$.¹²⁰

¹¹⁶ FALCI, Miridan Knox. Mulheres do sertão nordestino. In: PRIORI, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. p. 255.

¹¹⁷ Ibid. p. 256.

¹¹⁸ Ibid. p. 270.

¹¹⁹ Ibid.

¹²⁰ Ibid. p. 271.

Já no inventário de D. Maria Joaquina da Conceição, citada anteriormente, não consta escravos. Seu espólio, avaliado em 3:765\$000, era constituído por cinco casas em Oeiras, no valor de 621\$000; uma posse de terra na fazenda Bocaina, termo de Picos, avaliada em 200\$000; 528 gramas de ouro, no valor de 422\$000; e mais os “trastes de ouro”: brincos, argolas, pulseiras, alfinetes, rosários e anéis, que juntos foram avaliados em 2:432\$000.¹²¹

Para encerrar, vejamos o inventário de D. Raimunda Ludovina Portella, morta em 1888, viúva de Francisco Portella, comerciante e fazendeiro. Sem dúvida, a mais abastada dentre as citadas, seu espólio totaliza 9:700\$550 réis, dos quais se destacam: 600 cabeças de gado vacum, no valor de 10\$000 cada uma; 40 cabeças de cavalo, no valor de 14\$000 cada uma; um cavalo pastor avaliado por 25\$000; 20 burros a 50\$000 cada um; uma casa na cidade, avaliada em 100\$000; uma posse de terra na fazenda de baixo, no termo de Oeiras, avaliada em 500\$000. Constava, ainda, de seu monte, benfeitorias da fazenda que eram avaliadas separadamente, pois, não se avaliava a fazenda de porteira fechada, uma vez que esta constituía “[...]unidade produtiva que valia pelas terras que possuía, pelas reses, pelos apetrechos, pelas roças, pelos currais, pelos cercados;[...].”¹²² Dentre seus móveis avaliados, destaca-se um oratório de madeira de lei com imagens, por representar requinte e ostentação.¹²³

Este é o retrato da mulher do sertão nordestino no século XIX, resultado da análise de documentos feita a partir do problema proposto pela autora. Ressaltamos aqui o fato de Falci ter utilizado como fontes para sua pesquisa, além dos inventários e testamentos, a literatura de cordel e os livros de memórias considerados pela historiografia atual documentos importantes para o estudo do cotidiano e da intimidade.

¹²¹ FALCI, Miridan Knox. Mulheres do sertão nordestino. In: PRIORI, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. p. 271.

¹²² Ibid. p. 272.

¹²³ Ibid.

3.2 História da família no Brasil colonial

Nesta obra, publicada em 1998, Maria Beatriz Nizza da Silva teve como objetivo o estudo da família nos três primeiros séculos de colonização, dando ênfase à especificidade de cada tipo de família consoante o espaço geográfico de sua localização e sua atividade produtiva principal.

O foco principal foi dado aos patrimônios familiares e sua transmissão, a partir de uma concepção que busca combater a idéia de que estudar a propriedade e os bens possuídos por um agregado familiar, constitui uma visão elitista da família, demonstrando que mesmo aqueles que pouco possuíam se preocupavam com a transmissão dos bens aos herdeiros. Assim, na ausência do testamento, encontramos um inventário, por muito pobre que fosse o ‘de cujus’.

Para compor o presente trabalho, escolhemos o capítulo que fala da família nos dois primeiros séculos de colonização, para o qual a autora utilizou, além de inventários e testamentos, outras fontes primárias e uma vasta bibliografia complementar.

3.3 Desequilíbrio demográfico e miscigenação no século XVI

Maria Beatriz inicia o tema chamando a atenção para o desequilíbrio demográfico e a miscigenação generalizada na colônia dos primeiros séculos. Dentre os fatores que contribuíram para isto, destaca o fato de que poucos colonos que aportaram na terra brasileira trouxeram consigo suas famílias. Nas frotas dos donatários vinham sobretudo soldados e homens de ofícios para as atividades necessárias às capitanias. Dos primeiros donatários que vieram para o Brasil, há referência que apenas Duarte Coelho e Pero de Campo Tourinho vieram acompanhados de mulher e filhos.¹²⁴

Muitos dos artesãos chegados com o Governador-Geral eram casados em Portugal, onde tinham deixado suas mulheres e filhos, experimentando, no dizer de Nóbrega, “grande saudade do Reino”. Desta forma, ressaltava o padre jesuíta, era importante que as mulheres acompanhassem os maridos quando da vinda destes para o Brasil, evitando, de

¹²⁴ SILVA, Maria. B. Nizza da. **História da família no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 10.

um lado, o concubinato com as índias e, de outro, que eles quisessem voltar para o Reino o que prejudicaria as atividades artesanais tão necessárias à Colônia.¹²⁵

Na Bahia de 1549, o padre Jesuíta Manoel da Nóbrega, que viera na frota do Governador-Geral Tomé de Souza, já comentava o concubinato e a miscigenação: “Todos me escusam que não têm mulheres com que casem, e conheço eu que casariam se achassem com quem;[...]”¹²⁶. Uma das soluções para suprir a falta de mulheres brancas, sugeridas por Nóbrega, era o envio de órfãs para aqui se casarem. A sugestão foi seguida pela Coroa, embora não na proporção necessária para suprir a demanda.¹²⁷

Com o intuito de povoar a Colônia, em 1550 a Coroa incentivou a vinda de açorianos para o Brasil. O rei daria embarcações e mantimentos a todos que quisessem vir e o Governador-Geral, Tomé de Souza, dar-lhes-ia terras das quais só teriam que ‘pagar o dízimo a Deus’. Previa-se a vinda de 300 pessoas e a recomendação da Coroa era que fossem todas casadas ou, pelo menos, a maioria. Apesar de todos os incentivos, os contingentes populacionais, sobretudo a população feminina, continuaram escassos.¹²⁸

O concubinato com índias, prática comum na Colônia, era combatido nas diversas capitanias, sobretudo pelos jesuítas. Em S. Vicente o padre Leonardo Nunes, por meio das confissões e dos sermões, tinha conseguido afastar os colonos do pecado em que viviam, fazendo com que alguns solteiros casassem com as índias, e os que não quisessem, ou não pudessem, por ser casados, abandonassem as mancebas. Na capitania de Pernambuco não se falava em casamento com índias, mas apenas em evitar os concubinatos.¹²⁹ Sobre o concubinato, nos fala a autora:

Combatido pelos jesuítas, punido sem demasiada severidade pelas justiças, tolerado pela sociedade quinhentista, o concubinato com as índias foi sem dúvida o responsável por contingentes numerosos de mamelucos, sobretudo na primeira metade do séc. XVI.¹³⁰

Na Pernambuco de 1551, onde a população de mamelucos era maior por ser de colonização mais antiga, Nóbrega, que recomendara o envio de órfãs para as demais capitanias, escreve:

¹²⁵ SILVA, Maria. B. Nizza da. **História da família no Brasil colonial**. p.13.

¹²⁶ NÓBREGA, Manoel da. apud SILVA, Maria. B. Nizza da. *Ibid.* p. 12.

¹²⁷ SILVA, Maria. B. Nizza da. **História da família no Brasil colonial**. Op.cit. p. 12.

¹²⁸ *Ibid.* p. 15.

¹²⁹ *Ibid.* p. 15-16.

¹³⁰ *Ibid.* p. 16.

Nesta não são necessárias por agora, por haverem muitas filhas de homens brancos e de índias da terra, as quais todas agora casarão com a ajuda do Senhor; e, se não casavam antes, era porque consentiam viver os homens em seus pecados livremente e por isso não se curavam tanto de casar.¹³¹

No testamento de Jerônimo de Albuquerque, em 1584, este confessa que julgara ser sua filha uma certa mameluca filha de sua escrava Maria e acerca de Jerônima, outra mameluca também tida por sua filha, dizia que só Deus sabia a verdade.¹³²

Ao estudar os testamentos quinhentistas da vila de São Paulo, a autora constatou o cuidado dos pais em ‘dotar’ as filhas mamelucas, além da preocupação com a educação e a profissionalização dos filhos mamelucos ilegítimos. Não obstante, estes nunca se faziam herdeiros, mesmo quando eram filhos naturais, isto é, quando os dois parceiros sexuais eram solteiros. Em seu testamento, Martins Rodrigues reconhece que, além das quatro filhas legítimas, tivera uma filha mameluca e dois filhos bastardos, estes tidos no sertão. À filha, já casada, ele dera, com o consentimento da esposa, “certa cópia de fazenda”; dos filhos, um já fora alforriado, também com o acordo da mulher, além do que, deixava-os sob a curadoria da esposa para que ela cuidasse da educação deles.¹³³

Já Garcia de Ávila, que aportara na Bahia com Tomé de Souza em 1549, quando redigiu seu testamento, em 1609, sua mulher e os dois filhos mamelucos que tivera tinham morrido. Restava-lhe um neto, Francisco Dias Ávila, filho de sua filha mameluca Isabel d’Ávila, além de netas mamelucas, filhas de seu filho João Homem. Devido à inexistência de herdeiros legítimos, estes foram chamados à sucessão, sendo beneficiado o neto, enquanto as netas receberiam dotes para seus casamentos. Porém, estes não ficaram com a totalidade dos bens de Garcia de Ávila, pois este deixou aos padres beneditinos a parte que lhe cabia nas terras de Itapagipe e na fazenda de S. Francisco, além de umas terras que ele tinha em litígio com os padres. Também deixou para a Misericórdia de Salvador umas casas e uma parte de terras nos Reis Magos.¹³⁴

¹³¹ MONUMENTA Brasiliae I apud SILVA, Maria. B. Nizza da. **História da família no Brasil colonial**. p. 16.

¹³² SILVA, Maria. B. Nizza da. *Ibid.* p. 16.

¹³³ *Ibid.* p. 17.

¹³⁴ *Ibid.* p. 8.

3.4 Patrimônios quinhentistas

Apesar da miscigenação, resultante da união entre brancos e índias e da falta de mulheres brancas, é possível afirmar que ao lado dessa união pelas “leis da natureza”, em que os parceiros sexuais eram de etnias diferentes, surgiram famílias estruturadas de acordo com os padrões do Reino. Embora a documentação quinhentista não seja abundante, foi através de um reduzido número de inventários e testamentos da capitania de S. Vicente, mais especificamente referentes à vila de São Paulo, que se tornou possível esmiuçar as relações familiares e os patrimônios constituídos por estas famílias.

Nos testamentos, os moradores da vila exprimem seus desejos e preocupações, tais como: o local de enterramento, os cuidados com a alma, os legados pios sob a forma de esmolas a confrarias e conventos, as determinações em relação à mulher e aos filhos menores, as promessas de dote às filhas, as dívidas a pagar e, ocasionalmente, as medidas a serem tomadas em relação aos filhos mamelucos. Já nos inventários dos bens, feitos pelo juiz ordinário e de Órfãos, é possível conhecer sobretudo o modo de vida dos paulistas, a posse de escravos índios e o sistema de relações entre credores e devedores.¹³⁵

Ao deixar filhos de menor idade, o testador em geral tinha o cuidado de indicar no testamento quem deveria cuidar dos menores, ou seja, o curador, e sua indicação era seguida pelo juiz de Órfãos. Duas questões dizem respeito ao curador dos órfãos: a primeira se refere à administração dos bens dos órfãos; enquanto a segunda fala da criação e educação antes de começarem a desenvolver uma atividade, geralmente a partir dos sete anos. A curadoria ou tutoria só terminava quando o órfão atingia a maioridade, ou seja, completava 25 anos, ou ainda, quando se casava com a autorização do curador, ou se emancipava.¹³⁶

Um fator de grande importância na seleção das alianças matrimoniais era o dote dado às filhas. Através das declarações em testamento, ou dos róis de dote anexados aos processos de inventário e partilhas, é que podemos avaliar a importância dos bens prometidos ao futuro genro.

Vejamos o testamento de Fernão Dias, no qual o testador lista todos os itens com que dotara a filha Isabel Pais quando esta se casara com José Serrão: 60\$000 em dinheiro; 100\$000 em três índios; 23 cabeças de gado vacuum no valor de 23\$400; gado suíno

¹³⁵ SILVA, Maria. B. Nizza da. **História da família no Brasil colonial**. p. 19.

¹³⁶ *Ibid.* p. 20-21.

avaliado em 10\$800; peças de vestuário raras na capitania e por esta razão muito valiosas, 17\$200; dois pares de botinas e uns chapins sem indicação de valor; 5 côvados¹³⁷ de baeta roxa no valor de 5\$000; um chapéu avaliado em 1\$600; um cobertor de papa novo, 4\$000; um anel de ouro no valor de 1\$200; carnes de porco salgadas avaliadas 14\$000, além da mandioca para mantimento durante dois anos e mais alguns objetos sem avaliação (seis bacios de estanho, toalhas de mesa e “de água às mãos”). O montante total do dote girava em cerca de 240\$000 (duzentos e quarenta mil réis), considerado um valor significativo para a época.¹³⁸

Ocorria às vezes das filhas dotadas preferirem abrir mão das suas legítimas e não levar o dote à colação por ocasião da morte do pai. Isto porque o valor do dote calculado para a primeira filha que casasse era equivalente à sua legítima, acrescentada no máximo com o valor calculado da terça parte dos bens que cada um dos genitores podiam dispor livremente. O que poderia acontecer era a diminuição do patrimônio familiar e assim a legítima seria inferior ao quinhão que fora dado como dote. Foi o que ocorreu com Fernão Dias, citado anteriormente. Na ocasião de sua morte, o seu patrimônio foi avaliado em torno de 295\$000, razão porque ele queria que o dote dado à sua filha Isabel voltasse para o monte, por sua morte, para que todos os filhos ficassem “iguais em suas legítimas”.¹³⁹

Do conjunto de testamentos analisados pela autora, seis foram redigidos por mulheres, nos quais foram identificadas algumas especificidades. As mais visíveis são a ausência de dados patrimoniais e de referência aos filhos, atitude que revela o pleno reconhecimento, por parte da testadora, da autoridade paterna no que se referia à criação e educação dos filhos, assim como à administração dos bens. Ao redigirem seus testamentos, as mulheres se concentravam nas disposições para o seu enterramento, nas esmolas e nos legados, o que demonstra preocupação com o ritual fúnebre e com a salvação de sua alma.¹⁴⁰

Em virtude do reduzido número da população na vila de S. Paulo no século XVI, eram os juizes ordinários que serviam ao ofício de juizes de Órfãos, juntamente com o tabelião. Eram eles que procediam ao inventário dos bens do defunto sempre que havia filhos menores de 25 anos.

¹³⁷ Antiga medida de comprimento equivalente a 0,66m.

¹³⁸ SILVA, Maria. B. Nizza da. **História da família no Brasil colonial**, p. 21-22.

¹³⁹ *Ibid.*, p. 21-22.

¹⁴⁰ *Ibid.*, p. 22-23.

Dois fatores dificultavam o andamento do processo de inventário e partilha dos bens na São Paulo do século XVI. O primeiro deles era a dispersão geográfica dos herdeiros. Vejamos um exemplo disto no inventário de Fernão Dias, consoante a autora:

Neste inventário de Fernão Dias, para se poder dar continuidade ao processo, fez-se a pedido da viúva um “sumário de ausência” de um dos filhos do primeiro casamento, Vicente Teixeira, no qual cinco testemunhas, todas moradoras na vila de S. Paulo, “juraram não saber lugar nem parte certa a onde estivesse nem se era vivo ou morto”. depois deste sumário o juiz ordinário e dos Órfãos publicou um “alvará de ditos de nove dias”, pelo qual se notificavam as pessoas conhecedoras do paradeiro do dito herdeiro que lhe dissessem para se apresentar no prazo de nove dias, ou mandar procurador para receber a sua parte na herança.¹⁴¹

Outro fator que dificultava os processos de arrolamento de bens era quando a morte dos homens ocorria no sertão, em alguma expedição à procura de índios. Neste caso eram feitos dois inventários, sendo um no sertão, mandado fazer pelo capitão da entrada, e outro na vila, ordenado pelo juiz ordinário e dos Órfãos. Cada expedição levava um escrivão, responsável pelo arrolamento dos bens em posse do defunto, os quais eram avaliados e leiloados ali mesmo. Embora passassem imediatamente para a posse dos novos donos, estes bens só seriam pagos depois do regresso da expedição à vila.¹⁴²

Assim como Machado, Maria Beatriz constatou a escassez de objetos, utensílios e roupa no dia-a-dia do sertanista, e sua grande valorização, conforme vemos no inventário de João do Prado, por ocasião de sua morte ocorrida no sertão: “mesmo peças com muito uso conseguiram bom preço no leilão. Foi o caso de uma rede de dormir, que, avaliada em \$150, pôde ser vendida por \$500; ou do caldeirão de ferro que, no valor de \$300, alcançou os \$800.”¹⁴³

Ressaltamos que estes valores alcançados referem-se apenas a uma fração do patrimônio, aquilo que os sertanistas carregavam consigo ou os índios que capturavam. O restante dos bens eram inventariados na vila onde residiam. Para fazer um levantamento mais preciso desses patrimônios, a autora selecionou 12 inventários de famílias rurais pertencentes ao termo de S. Paulo, entre 1597-1609, chegando à seguinte conclusão:

¹⁴¹ SILVA, Maria. B. Nizza da. **História da família no Brasil colonial.** p. 23.

¹⁴² *Ibid.* p. 24.

¹⁴³ *Ibid.*



[...]. A roupa, de vestir ou de casa, funcionava mais como símbolo de prestígio social, por exemplo o manto para as mulheres irem à igreja. As armas eram escassas, assim como as montarias, confirmando-se que os colonos contavam fundamentalmente com as flechas dos índios domesticados para o combate com os índios bravos e com os dorsos indígenas para o transporte de carga. Os utensílios valiam mais do que outros objetos e serviam não só para uso próprio como para resgate com os índios. Gados e roças como que se excluía, pois onde uns preponderavam as outras diminuía.¹⁴⁴

No quadro geral do patrimônio dessas famílias rurais ficou evidente que na economia de subsistência, na qual estavam inseridos, os bens mais valiosos dos colonos eram os escravos índios e o gado. A indicação do gado como uma das principais fontes de riqueza destas famílias foi também confirmada pelas atas da Câmara e, por isso mesmo, tornou-se objeto de várias posturas camarárias. Os oficiais da Câmara intervinham, quando necessário, para arbitrar sobre queixa de brigas por causa do gado nos campos do conselho. Neste caso, decidiram que as pessoas que ali tinham construído suas casas não podiam impedir os vizinhos de utilizar aquelas pastagens.¹⁴⁵

Com relação ao índio, consideramos importante observar que a lei de 30 de julho de 1609 consignou a liberdade dos índios e, com isso, dificultou que estes fossem avaliados e vendidos em pregão público.

Para avaliarmos a repercussão desta nova lei na vida dos colonos, vejamos o inventário de Belchior Carneiro. Foi neste inventário que surgiu pela primeira vez o problema da avaliação dos escravos índios, em virtude da nova lei. Segundo Maria Beatriz, “a questão foi levantada numa petição da ‘dona viúva’, Hilária Luís”, na qual ela se dirigia ao capitão general pedindo “ser informada de como as ditas peças são forras e libertas pela lei nova de Sua Majestade[...], pede ela suplicante a Vossa Senhoria lhe dê desengano e clareza se será bem ditar as ditas peças forras no inventário e dar partilha delas a seus filhos.”¹⁴⁶ O capitão general, atendendo ao apelo feito pelo juiz de Órfãos em favor da viúva, permitiu, baseado no “uso e costume” da terra, que ela, curadora dos filhos menores, lançasse as peças no inventário.¹⁴⁷

Ainda neste inventário foi constatada a relação inversa entre a atividade pecuária e de plantio. Dentre os doze inventários analisados, Belchior Carneiro era o que possuía as

¹⁴⁴ SILVA, Maria. B. Nizza da. *História da família no Brasil colonial*. p. 26.

¹⁴⁵ *Ibid.* p. 25-26.

¹⁴⁶ *Ibid.* p. 29-30.

¹⁴⁷ *Ibid.* p. 30.

roças mais valiosas, 43\$000, porém não criava uma cabeça de gado. Consta ainda deste inventário, roças de mantimentos (legumes e milho), um algodoal (avaliado em conjunto com as casas), um “pacoval”, ou seja, um bananal, e mais um canavial, produção agrícola pouco comum no termo da vila de S. Paulo.¹⁴⁸

Quanto ao estudo do patrimônio daqueles que moravam na vila, a autora observa o pequeno número de moradores existentes no século XVI: 100 em 1584, 150 em 1589. Estes eram, em sua maioria, homens da governança e artesãos. Constata ainda que não possuindo índios, nem gado, nem roça a situação das famílias dos artesãos era de endividamento constante.

No inventário de Damião Simões, sapateiro, muitos trechos estão ilegíveis. Mesmo assim foi possível verificar que o item índio é bem inferior àquele encontrado nos inventários rurais, contando apenas 15\$800, pouquíssima roupa (\$550), alguns objetos (1\$100), mais alguns pedaços de couro e algumas peças inacabadas (três pares de canos de botas de porco e três pares de sapatos de mulher por solar) avaliados em \$900.¹⁴⁹

Já no inventário do alfaiate Francisco Gama, morto em 1600 na guerra da Parnaíba, verifica-se que sua mulher declarou ao juiz que “se botava de fora e protestava não pagar dívidas nenhuma”. No inventário de Antônio Pereira, também artesão, a viúva igualmente abdicou de sua meação “pelas muitas dívidas” que o defunto deixara e por só contar com os serviços de sete peças forras que não podiam ser vendidas.¹⁵⁰

3.5 Engenhos e morgados

Ao estudar a riqueza proveniente da produção e do comércio do açúcar no nordeste, século XVI e XVII, Maria Beatriz analisa a vinculação dos bens na constituição de morgados como representação de prestígio dos senhores de terras, engenhos e escravos. Consoante a autora:

Além do luxo no vestir, do número de servos, de peças de ourivesaria, algo mais contribuía para o prestígio dos senhores de terras, engenhos e escravos: vincular seus bens de forma a constituírem um morgado ou capela, pois no século XVI estas duas palavras eram usadas indiferentemente para a vinculação.¹⁵¹

¹⁴⁸ SILVA, Maria. B. Nizza da. *História da família no Brasil colonial*. p. 29.

¹⁴⁹ *Ibid.* p. 30.

¹⁵⁰ *Ibid.* p. 31.

¹⁵¹ *Ibid.* p. 32.

Para as famílias que queriam ser consideradas nobres, a instituição de um morgado, assentado no direito da primogenitura, era indispensável. Esta prática provinha de Portugal e foi seguida pelas famílias que aqui se estabeleceram e constituíram riqueza. Contudo, é preciso esclarecer que, em relação a grande quantidade de engenhos de açúcar existentes no nordeste brasileiro no século XVI, foram poucos os que constituíram morgados.¹⁵²

João Paes Barreto, oriundo da pequena nobreza de Viana, no Minho, que se estabelecera na capitania de Pernambuco e conseguira erguer entre 8 e 10 engenhos, legou aos filhos só depois de ter instituído em favor do primogênito o morgado de Nossa Senhora de Madre de Deus do Cabo de Santo Agostinho, em 1580, ao qual vinculou os engenhos Velho e da Guerra.¹⁵³

Ainda com relação ao nordeste açucareiro do século XVI, a autora refere-se ao testamento de Mem de Sá, Governador-Geral do Brasil, redigido em 1569, assim como aos inventários que foram feitos por sua morte e de seu filho, e ainda ao contrato de dote e arras de sua filha, para analisar o mecanismo de sucessão de uma família nobre. Conforme observa a autora: “O primeiro aspecto a ressaltar é a instituição de um morgado, vinculando para tal fim certos bens retirados da terça e que se centravam no engenho de Sergipe ‘com todas suas terras e águas’, escravos da terra e da Guiné e seus bens móveis.[...]”¹⁵⁴

A autora registra, ainda, a marginalização dos filhos mamelucos no processo de sucessão de uma família nobre como era a de Mem de Sá, conforme este escrevera em seu testamento: “Se Francisco de Sá tiver algum filho de mulher solteira branca que não fosse escrava nem preta da Índia ou do Brasil, este em tal caso herdará o morgado.” Em tal caso o problema não era a ilegitimidade, mas a mestiçagem.¹⁵⁵

Com relação ao século XVII, a autora cita o testamento de D. Inês Barreto de Albuquerque que fundara juntamente com seu marido, D. João de Souza, em 1684, o hospital para os pobres no Recife. Morto o marido e sem filhos vivos, D. Inês pôde dispor de seus bens como bem desejou, pois que não havia herdeiros forçados. Ela possuía um engenho, Alagoais, “com todas suas terras, partidos, matas e logradouros”, mais escravos

¹⁵² SILVA, Maria. B. Nizza da. *História da família no Brasil colonial*. p. 34.

¹⁵³ *Ibid.* p. 29.

¹⁵⁴ *Ibid.* p. 32.

¹⁵⁵ *Ibid.*

e cobres, bois, cavalgadas, gado vacum, ouro, cordões, moeda e prata lavrada. Deixou a administração do engenho sob a responsabilidade de seu sobrinho Filipe Pais Barreto.

Os beneficiados foram precipuamente seus afilhados que receberam partidos de cana. D. Inês protege sobretudo D. Ana, que fora enjeitada em sua casa. Deixou-lhe dois escravos e 100 arrobas de açúcar branco e pediu à sobrinha que “a tenha em sua casa se lhe não aparecer pai”. Acrescenta ainda a este legado 80\$000. Beneficiou também a filha natural de seu sobrinho Domingos de Sá com 100\$000 “para ajuda do dote”. Nos legados são contempladas, fundamentalmente, parentes: a irmã, D. Brites de Albuquerque, vários sobrinhos e sobrinhas, um primo, vários afilhados e afilhadas. Tirados os legados, o restante dos bens ficaria para o hospital que fundara com o marido.¹⁵⁶

Convém ressaltarmos ainda que, ao contrário do que acontecia com as fazendas de criação, nas quais era possível fazer a divisão dos bens de raiz e semoventes entre os herdeiros; com engenho de açúcar esta divisão era mais difícil por afetar diretamente a produção e prejudicar o patrimônio da família. Daí ser bastante comum instituir o primogênito como herdeiro e deixá-lo com a responsabilidade do sustento de toda a família.

3.6 Mulheres no sertão nordestino e História da família no Brasil colonial - algumas considerações

As duas obras estudadas neste capítulo estão inseridas numa vertente atual da historiografia brasileira que tem na história social seu maior objeto de interesse, embora cada uma delas com especificidades quanto à temática abordada e perspectivas diversas.

Falci buscou a mulher do sertão nordestino, no século XIX, através da literatura de cordel, dos livros de memória, dos inventários e testamentos. A própria escolha do tema indica a consciência da impossibilidade de uma identidade homogênea quanto ao gênero, ou seja, a autora analisa a mulher num determinado tempo – século XIX – e espaço – sertão nordestino – mas, sem perder de vista a diversidade de identidades aí existente: a mulher da elite, a mulher pobre e livre e, por fim, a escrava.

¹⁵⁶ SILVA, Maria. B. Nizza da. *História da família no Brasil colonial*. p. 35-36.

Maria Beatriz aborda a família no Brasil colonial utilizando como fontes, além dos inventários e testamentos, documentos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Cartas Jesuíticas, *Alguns documentos para a colonização do Brasil*, *Documentos para a história do açúcar*, *Monumenta Brasiliae*, Ordenações Filipinas e, ainda, uma vasta bibliografia complementar.

Do que vimos, podemos afirmar que as duas obras têm em comum o caráter crítico e analítico na sua elaboração e a preocupação em fazer uma “história-problema” em contraposição àquelas meramente narrativa e descritiva. É indiscutível também a influência dos *Annales* não apenas nestas obras mas, sobretudo, na historiografia brasileira atual, no que diz respeito à diversidade de temas e objetos de estudo, somadas à utilização de uma gama variada de fontes para pesquisa.

CONCLUSÃO

Sem desprezar a imensurável contribuição de Ranke, com sua historiografia tradicional, que teve como corolário a busca da cientificidade na história através da sistematização da pesquisa e do alcance da objetividade, além da imprescindibilidade do uso de documentos como fonte de pesquisa; é com a escola dos *Annales* que se acendem as luzes da historiografia sob um novo prisma, através do qual fazer história deveria significar muito mais do que apenas discorrer sobre figuras política.

Aos *Annales*, os registros historiográficos deveriam ter por base elementos delineadores da sociedade em sua dinâmica originada no cotidiano do homem comum, aquele que, verdadeiramente, confere vida ao corpo social. No vetor historiográfico do novo paradigma assenta-se a inafastável necessidade de constatar o fato como resultado da ação humana, em todos os seus matizes, mas com base sólida imbricada aos registros documentais que possam explicar o objeto em estudo.

Aqui, emerge a relevância dos registros documentais como fontes para pesquisa histórica, não de modo estanque e isolado, porém em permanente interação com os demais campos da ciência, valendo-se do que se lhe podia ser útil e prestando-lhes valiosas contribuições, numa via de mão dupla que sinalizou à interdisciplinaridade e, por que não dizer, à transversalidade disciplinar.

Ganhando corpo, a Nova História traz sensíveis mudanças e uma diversidade temática que, iniciada com a história econômica e social, desdobra-se numa infinidade de áreas de interesse para o historiador, tais como: história da família, da mulher, da criança, demografia histórica, agrária e tantas outras.

A maior abrangência das áreas de interesse proporcionada pela Nova História, foi seguida por uma conseqüente ampliação do campo do documento histórico enquanto fonte de pesquisa. Dentre os quais estão inseridos os inventários e testamentos, constituindo-se um rico manancial de informações acerca dos mais variados temas, conferindo-lhes incontestável relevância para a historiografia.

A diversidade temática descortina prolífico horizonte para diferentes abordagens, implicando na adoção de metodologia específica, baseada na quantificação de dados para desaguar numa análise que permita explicar elementos qualitativos do ser social, a exemplo do que demonstramos no estudo das obras que lastreiam o presente trabalho.

Importa, por oportuno, ressaltar a premência de se fazer o resgate, a conservação e o adequado acondicionamento destas fontes – inventários e testamentos – garantindo o acesso ao pesquisador, através da implementação de uma política arquivista responsável.

FONTES

FALCI, Miridan Knox. Mulheres no sertão nordestino. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000. p. 241-275.

MACHADO, Alcântara. **Vida e morte do Bandeirante**. Belo Horizonte: Itatiaia. São Paulo: EDUSP, 1980.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **História da família no Brasil colonial**. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

BIBLIOGRAFIA

BURKE, Peter. Abertura: a Nova História, seu passado e seu futuro. In: ____ (Org.). **A escrita na História: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992. p. 7-37.

BURKE, Peter. **A Escola dos *Annales* (1929-1989): a revolução francesa da historiografia**. São Paulo: UNESP, 1998.

CASTRO, Hebe. História social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Campus: Rio de Janeiro, 1997. p. 45-49.

CLAIRE-JABINET, Marie-Paule. **Introdução à historiografia**. Bauru, SP: EDUSC, 2003. p. 111-146.

DOSSE, François. **A História em migalhas: dos *Annales* à Nova História**. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

FARIA, Sheila de Castro. História da família e demografia histórica. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: CAMPUS, 1997. p. 241-258.

FONTES, Virgínia. História e Modelos. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: CAMPUS, 1997. p. 355-374.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. História econômica. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: CAMPUS, 1997. p. 27-44.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. 47.ed. São Paulo: Global, 2003.

FURET, François. O quantitativo em história. In: LE GOFF, Jacques ; NORA, Pierre (Org.). **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976. p. 49-63.

GAY, Peter. **O estilo na história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p.63-93.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1989. p.13-41

LINHARES, Maria Yedda. História agrária. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: CAMPUS, 1997. p.165-184.

LE GOFF, Jacques. A história nova. In: _____. **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1988. p.25-64.

MAGALHÃES, Beatriz Ricardina de. Inventários e sequestros: fontes para a história social. **Revista do Departamento de História**, Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, nr. 09, 1989. p.31-45.

SOUZA, Laura de Melo e. Aspectos da historiografia da cultura sobre o Brasil colonial. In: FREITAS, Marcos Cezar de. **Historiografia brasileira em perspectiva**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001. p.17-38.

VOVELLE, Michel. A história e a longa duração. In: : LE GOFF, Jacques (Org.). **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1988. p.68-93.

